

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DAS FORMAS DE DIZER AS FORMAS DE SER-
o fazer-se trabalhador no Vale do Itajaí

Francisco Fronza

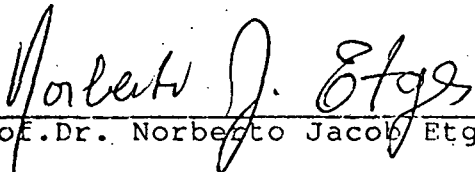
Florianópolis, Santa Catarina
Abril de 1.991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

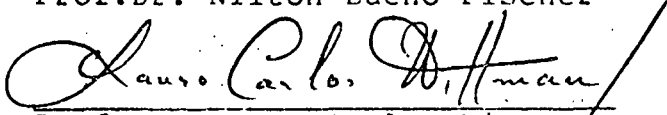
DAS FORMAS DE DIZER AS FORMAS DE SER.
O FAZER-SE TRABALHADOR NO VALE DO ITA
JAÍ.

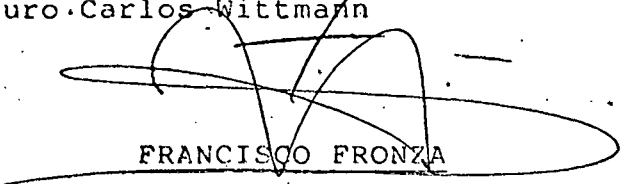
Dissertação apresentada ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação como
exigência parcial para a obtenção do
Título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 23 / 04 /1991.


Prof.Dr. Norberto Jacob Etges - Orientador


Prof.Dr. Nilton Bueno Fischer


Prof.Dr. Lauro Carlos Wittmann


FRANCISCO FRONZA

Florianópolis, Santa Catarina

abril de 1991.

Aos meus avós,
participantes que
foram da construção
de que aqui se fala

A minha esposa Fatima
que me acompanhou ao
longo de todo o mes-
trado.

Aos meus filhos Fa-
biola, Farlei e Fer-
nando que viverão o
mundo que aqui se
aposta.

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina que, licenciando-me, permitiu o tempo de estudo.

Ao conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, concedendo-me bolsa de estudo, possibilitou-me melhores condições de estudo.

Ao professor Norberto Jacob Etges que, confiando, conduziu a realização do estudo.

Ao pessoal dos arquivos de Blumenau e Brusque que, solícito facilitou a busca dos dados.

SUMARIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - DA MULTIPLICIDADE PEDAGOGICA A UNICIDADE DO TRABALHO.....	8 - 19
2 - DA ABSTRAÇÃO DO TRABALHO.....	20 - 33
3 - DAS MUITAS FORMAS DA MESMA RAZÃO PARA EMIGRAR.....	34 - 50
4 - TRABALHADOR DE ESTRADAS PARA CONSTRUIR SUA INDEPEDENCIA.....	51 - 69
5 - TRABALHADOR DA ROÇA PARA CONSTRUIR SUA DEPENDENCIA.....	70 - 101
6 - CONCLUSÃO.....	102 - 106
BIBLIOGRAFIA	107 - 113

RESUMO

A idéia central que orienta o presente estudo é que a educação, mais do que um processo de tomada de consciência, é o caminho, sempre renovado, pelo qual o homem constrói sua humanidade no limite das circunstâncias que lhe são dadas e das condições que, a partir delas, consegue criar pela sua ação transformadora mais fundamental, que é o trabalho.

O trabalho constitui, então, a categoria fundamental de análise e é tomado não a partir das aprendizagens que exige ou das que permite realizar, nem a partir das perdas causadas e conseqüentes reapropriações necessárias, mas, a partir das materializações dele resultantes, que sintetizam saber e condições postas à disposição do homem para realizar seu projeto humano.

Como os traços desse projeto se se revelam a *posteriori* e, revelados, mostram os anteriores como pressuposto deles e indicam possibilidades para o futuro, o estudo assume o carácter histórico. Os personagens são os imigrantes europeus que colonizaram o Vale do Itajaí, dos quais se acompanham as ações produtivas no período que vai de 1850 até o início deste século. Do trabalho nas obras públicas resultou a condição de produtores independentes. Nesta, afirmaram a sua individualidade, ainda que guiados por uma ligação afetiva à terra, à família, à vila e, enquanto materializaram uma produção que viabilizou o comércio puseram as condições para que se instalassem o processo de industrialização, uma nova ordem que, ao lado dos limites da proletarianização, coloca a possibilidade do não trabalho e da vida guiada pela racionalidade.

ABSTRACT

The central idea governing this study suggests that, more than a consciousness process, education is an ever renewed way man uses to build up his humanity up, and he does this under limiting circumstances from which he creates favorable conditions through work which is man's most fundamental transforming activity.

Therefore, work becomes the fundamental category of analysis, here taken neither from the learnings it requires or it allows to happen, nor from the losses it causes, and its later and necessary reappropriations, but from the materializations resulting from the activity, which synthesize knowledge and conditions put at man's disposal when developing his human project.

As the features of this project are only revealed a posteriori and, after being revealed, they show the previous features as their postulation, and indicate future possibilities, this study embodies a historical value. The characters are European immigrants who have colonized the Itajai River Valley, whose productive activities cover the period between 1850 and the beginning of this century. Their becoming independent producers resulted from their participation in public activities. As independent producers they developed their individuality, though they were guided by an affective relationship with land, family, the village and, while they achieved production which made commerce possible, they opened a route for the industrialization process, for a new order which, together with the limiting proletarian condition, evidences the possibility of no-work, and of life guided by rationality.

1 - DA MULTIPLICIDADE PEDAGÓGICA E UNICIDADE DO TRABALHO

Faz parte da tradição pedagógica brasileira das últimas décadas determinado enfoque das relações que existem entre educação escolar e estrutura produtiva. Em resumo, foi se firmando a idéia de que a escola tem uma relação direta e positiva com a posição que o individuo ocupa na estrutura dos postos de trabalho e, conseqüentemente, com a natureza da função que exerce e a remuneração que lhe é atribuída. A partir disto e, porque para a maioria da população estar num determinado posto de trabalho representa a única via disponível para realizar as condições mínimas de vida, foi se firmando a crença de que a superação das mazelas sociais e econômicas passa, necessariamente, pela escola. Criou-se uma espécie de cultura pedagógica que nos faz acreditar que fora da escola não há salvação.

Mais recentemente veio se desenvolvendo e firmando um novo enfoque, reunido em torno daquilo que se convencionou chamar EDUCAÇÃO E TRABALHO. Tomando por base um referencial teórico e metodológico de cunho marxista, conduzindo-se por abordagens as mais diversas, toda a discussão tem caminhado para negar, relativizar ou colocar no devido lugar aquilo que estava presente implícita ou explicitamente no enfoque tradicional, tomando por interlocutor imediato sua formulação mais refinada, expressa na TEORIA DO CAPITAL HUMANO¹.

1

Em LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1973, encontramos boa formulação nacional decorrente de teoria do Capital Humano. Esta e outras obras do Autor fornecem material para a análise de CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1980.

Um dos primeiros a participar desse *diálogo* foi ROSSI². Seu Trabalho se inscreve naquele momento e movimento caracterizado por uma forte denúncia da escola³. Nele defende a tese de que, numa sociedade capitalista a escola é, antes de mais nada, uma instituição a serviço do capital. No desenvolvimento, vai mostrando que maior qualificação para o exercício do trabalho não reverte, automaticamente, em maiores benefícios para o trabalhador. Pelo contrário, o aumento da capacidade produtiva do trabalhador é uma exigência do próprio modo de produção capitalista e que se faz presente a partir daquele momento em que:

"... não é possível a extensão do tempo de trabalho, devido aos limites legais fixados a partir da legislação social, só se pode ampliar o excedente de trabalho a ser apropriado pela empresa, aumentando-se a produtividade do trabalho. Esse aumento dependerá não só da introdução de nova tecnologia, do desenvolvimento dos instrumentos de produção, mas, também, da preparação de mão-de-obra adequada, qualificada através da

2

ROSSI, Wagner G. Capitalismo e Educação. São Paulo, Editora Moraes, 1980.

3

Refiro-me às Teorias do " ensino enquanto violência simbólica ", da " escola enquanto aparelho ideológico de estado "; da " escola dualista ", em voga na década de 70 e denominadas Teorias Crítico-reprodutivistas. Ver SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984, p. 19-34. Para o Autor: " Se tais estudos tiveram o mérito de pôr em evidência o comprometimento da educação com os interesses dominantes também é certo que contribuíram para disseminar entre os educadores um clima de pessimismo e de desânimo "p. 33.

educação escolar..."⁴

Por outro lado, chama à cena a crença na capacidade messiânica da escola contribuir para a transformação social. Entende que a argumentação nesse sentido não se sustenta. Pelo contrário:

" ... a escola capitalista reproduz as diferenças sociais entre os indivíduos... veicula a cultura das classes dominantes... inculca a ideologia da dominação... atua como instrumento de manutenção e reprodução das relações sociais de produção capitalistas..."⁵

Desse modo, assistimos à passagem da escola a favor do trabalhador e da transformação social para, a escola que beneficia o capital e o *status quo*. Num certo sentido é uma passagem apenas aparente, uma vez que muda tão somente o pólo que é favorecido. Não muda, entretanto, o poder atribuído à escola.

E justamente nesse ponto que entra o trabalho de SALM⁶. Nele, defende a tese que o capital prescinde da escola para preparar seus quadros, pois:

4

ROSSI, op. cit. p. 41 (grifos meus).

5

Ibidem, p. 118.

6

SALM, Cláudio L. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

"Examinamos as formas capitalistas de adequar a mão-de-obra ao processo de trabalho e verificamos que o instrumento mais poderoso consiste no empobrecimento do conteúdo da maioria dos cargos e funções, aos quais corresponde uma pedagogia especificamente capitalista, que não pode ser confundida com o que se pratica na escola tal qual existe".⁷

A pedagogia capitalista praticada no processo de trabalho é eminentemente prática, capaz de dar conta da quantidade e da qualidade da mão-de-obra requerida pelo processo produtivo. Por isso, numa sociedade capitalista o que se busca não é preservar a escola para o capital e sim, a escola do capital.⁸ E, apoiando-se em Marx indaga:

"Se é tão lido e repetido que "a produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas", porque a insistência em procurar no sistema educacional o "locus" onde o capital vai buscar a reprodução da sua força de trabalho?"⁹

7

Ibidem, p. 21 (grifos meus).

8

Ibidem, p. 37.

9

Ibidem, p. 25.

Seguindo os passos de SALM, vemo-nos realizando mais uma passagem: da positividade, para o capital, do pedagógico escolar, para a positividade, ainda para o capital, do pedagógico das relações capitalistas de produção. Entretanto, novamente estamos diante de uma passagem apenas num certo sentido, uma vez que, se com ROSSI, o que se aprende na escola não resulta em benefício do trabalhador, com SALM, o que se aprende no seio da produção, também, não favorece o trabalhador. Assim, o que o trabalhador aprende, seja na escola, seja no local de trabalho, aprende para benefício do capital. Mas, apesar do vigor dos argumentos na crítica a ROSSI, SALM não ultrapassa os limites do pedagógico.

Desse modo, chegamos ao fim dessa via de uma única mão e, para muitos, cansados de tantas denúncias, à necessidade de iniciar a empreitada em busca de uma saída. Afinal, apesar dos analistas, os trabalhadores continuavam lutando por velhas bandeiras econômicas e sociais, entre estas, por mais e melhores escolas.

Este é o pano de fundo no qual se move FRIGOTTO¹⁰. Retoma o pedagógico escolar para dialogar com os *tradicionais e reprodutivistas*, sobretudo no ponto que estabelecem uma relação direta entre escola e trabalho. E isso é um equívoco que cometem porque conduzem a análise a partir da não compreensão da maneira correta como se relacionam estrutura e superestrutura. Essa é a

10

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.

causa do desvio mecanicista de tal tipo de análise.¹¹ Entretanto, a compreensão correta da forma como se relacionam aquelas duas instâncias, faz entender que:

"... a escola que não é por natureza capitalista, no interior deste modo de produção tende a ser articulada com os interesses do capital, mas exatamente por não ser inerente ou orgânica deste modo de produção, pode articular-se com outros interesses antagônicos ao capital."¹²

A articulação da escola com interesses antagônicos ao capital, portanto, com interesses dos trabalhadores, fica na dependência da forma pela qual articula o saber historicamente acumulado com seus interesses hegemônicos, o que obriga a uma passagem do senso comum à consciência filosófica.¹³

Assim, somos conduzidos a desatar o vínculo imediato da escola com o sistema produtivo. A relação assume o caráter mediato e, nesta mediação, ganha o trabalhador na medida que adquire condições de opor o "saber geral; patrimônio da humanidade" - aqui, por suposto tomado para além das condições históricas em que foi produzido-, adquirido na escola, ao treinamento específico que o trabalho, agora sim, historicamente marcado, impõe. A escola foi redimida, ou, dito de um modo melhor, acredita-se que

11

Ibidem, p. 17-18.

12

Ibidem, p. 24.

13

Ibidem, p. 185.

a escola foi colocada no seu devido lugar.

Seguindo os passos de KUENZER¹⁴, na trilha da contradição, vamos dar com a recuperação do pedagógico do trabalho. Esse processo educativo:

"... por se dar no seio das relações de exploração do trabalho pelo capital, assume o mesmo caráter contraditório inerente a esta relação; assim, ao mesmo tempo que o capital educa o trabalhador para ser artífice de sua própria exploração, ele o educa para reagir às formas de disciplinamento."¹⁵

Essa reação assume as mais diversas formas, incluindo altos índices de falta ao trabalho, excessiva mobilidade de um para outro local de trabalho, baixa produtividade, qualidade do produto que deixa a desejar, grande número de acidentes de trabalho¹⁶, enfrentamento da burocracia do local de trabalho e reivindicação de direitos¹⁷ e conduz à elaboração de:

"... um saber que se caracteriza como um conjunto de explicações e de formas de ação

14

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

15

Ibidem, p. 78 (grifos meus).

16

Ibidem, p. 65.

17

Ibidem, p. 111.

*que lhe permitem enfrentar ou escapar do controle do capital... aprende a se organizar, a sabotar, a dissimular, a reivindicar, e assim por diante."*¹⁸

Porém, como essas aprendizagens e, sobretudo, aquelas que dizem respeito ao conteúdo do trabalho enfocam:

*"exclusivamente o " fazer " destituído de qualquer explicação acerca do seu significado ou de seus princípios, e ainda, não o " fazer " de um processo completo..."*¹⁹,

não dão conta de recuperar a totalidade do saber sobre o trabalho. A escola é, então, invocada como fator indispensável, através do qual, o trabalhador adquire condição para reapropriar-se do saber perdido²⁰, porém, sob a exigência de repensar e reelaborar o seu fazer²¹.

18

Ibidem, p. 184 (grifos meus).

19

Ibidem, p. 163-64.

20

Ibidem, p.190 e 195. NORONHA, Olinda M. De camponesa a "madame" trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo, E. Loyola, 1986, chega a conclusão semelhante: o saber adquirido na prática do trabalho é insuficiente. Saber que vale é o que se adquire na escola. Assim: "Dessa forma, integrada a esse saber elaborado no fazer da práxis cotidiana, o qual tanto serve aos interesses do capital, como se orienta em direção aos interesses da trabalhadora (manifestado pela resistência à exploração excessiva), permanece a necessidade de essas trabalhadoras (realizando este projeto nos filhos) se apropriarem do saber universal sistematizado e transmitido pela escola." p. 225.

21

KUENZER, op. cit. P. 199.

Se, toda a ênfase está posta no *pedagógico*, cabe indagar acerca do fundamento a partir do qual se tomou essa direção. A resposta conduz a um determinado entendimento que se tem do trabalho - trabalho marcado pelo modo especificamente capitalista de produção, portanto, quando já instalada a fase histórica em que predomina o sistema de máquinas, porém, com forte *sabor* manufatureiro. De qualquer forma, um trabalho:

HETEROGERIDO - cuja direção, coordenação, controle e vigilância converte-se em função do capital e necessária para manter o trabalhador sob seu domínio²²;

FRAGMENTADO - de tal forma que acaba por atingir o trabalhador nas raízes mais vitais, razão da cada dia mais evidente patologia industrial²³;

MONOTONO - uma vez que o operário fica preso tão somente à execução de tarefas simples²⁴, condenado a seguir o ritmo ditado pela máquina, à qual, está permanentemente ligado²⁵;

AMEAÇADOR - na medida que objetivado, posto na máquina, traz como resultado a contínua e progressiva eliminação do tra-

22

SALM, op. cit. p. 65.

23

KUENZER, op. cit. p. 43.

24

Ibidem, op. cit. p. 47.

25

SALM, op. cit. p. 72.

balhador direto²⁶, subtraindo as bases de sua segurança e estabilidade e, o que é pior, colocando-o sob a ameaça constante do desemprego²⁷;

DEPREDADOR - visto que, cada dia que passa o trabalho intelectual é transformado em trabalho manual²⁸, num processo que veio destruindo os ofícios, com a decorrente necessidade de livrar-se daqueles que os dominam²⁹, e que culmina com o desaparecimento da habilidade individual do trabalhador³⁰; sobretudo, trabalho

DESTITUIDO DE CONTEUDO - uma vez que, os postos de trabalho sofrem desqualificação crescente em consequência da expropriação do saber do trabalhador³¹, o qual, passa a defrontar-se com um trabalho que perdeu a característica que o fazia humano, qual seja, a possibilidade de pensá-lo, planejá-lo e criá-lo³².

Em decorrência, encontramos em trabalhador que perdeu toda e qualquer oportunidade de exercitar positivamente sua corporeidade e que é submetido ao exercício limitado de seus braços e de sua inteligência. Daí a necessidade de recuperar individualmente

26

Ibidem, p. 85.

27

KUENZER, op. cit. p. 46.

28

ROSSI, op. cit. p. 42.

29

SALM, op. cit. p. 89.

30

KUENZER, op. cit. p. 46-47.

31

FRIGOTTO, op. cit. p. 83.

32

KUENZER, op. cit. p. 47.

a plenitude do exercício do trabalho como condição de resgatar o trabalhador coletivo da tirania do capital. Por isso, a ênfase dada às aprendizagens - contraditoriamente positivas para o trabalhador -, que têm lugar na escola ou no próprio local do trabalho.

O balanço quantitativo que põe de um lado as perdas e de outros os ganhos/aprendizagens, já é grandemente desfavorável ao trabalhador. Quando olhado do ponto de vista qualitativo, verificamos que as conquistas dos trabalhadores em nada transcendem o limite da funcionalidade capitalista. E isto é intrigante. E mais intrigante fica, quando constatamos que o "trabalhador, pelas formas de enfrentamento que desenvolve, ensina ao capital, novas estratégias de dominação"³³ e assim, preso a uma espécie de círculo de lutas inglórias, onde, a cada conquista corresponde uma reação mais dura do capital, ainda que sob formas aparentemente sutis.

Colocar a questão da relação educação e trabalho para além dos quadros do pedagógico do trabalho, implica encarar a educação para além do "desenvolvimento de potencialidades"; do "preparo para o exercício", quer da cidadania, quer da profissão, quer das regras da ética do trabalho, quer da justiça nos quadros do capital (mesmo que contra o capital); da "consciência crítica, como condição para efetuar a transformação social". Implica pensar a educação enquanto processo pelo qual o homem edifica seu próprio ser, caminho no qual materializa suas potencialidades, seu saber e sua consciência. O pensamento opera, então, desde o início, não com o homem que tem sua vida par-

tida entre o pensar e o executar alguma ação, entre o aprender e o exercitar alguma regra, mas, opera com o homem que faz da sua vida contínua reflexão-execução-apreensão-exercitação. Ser e consciência do homem passam ser vistos como prática deles enquanto se formam. Trata-se, então, de seguir o velho ensinamento de que " *não há nenhuma natureza humana já posta* " e que precisa ser recuperada; que o homem se produz na trama das relações que estabelece. Se isto é verdadeiro, impõe a tarefa de pensar escola e trabalho para adiante dos contornos do quadro atual, porém, na direção das tendências que esse quadro aponta: não-escola, pela informática; não-trabalho, pela máquina automática-eletrônica³⁴ e por uma atividade intensamente intelectual.

2. DA ABSTRAÇÃO DO TRABALHO

Parto do pressuposto que o trabalho é o espaço mais real de que o trabalhador dispõe para afirmar a existência e dar forma ao seu ser¹. Sem ignorar a negatividade de que vai carregado, quando visto à luz do modo capitalista de produção², penso que será estimulante tentar apanhá-lo enquanto percurso histórico através do qual o homem foi colocando, objetivamente, a possibilidade de torná-lo, de fato, instrumento e processo de sua plena realização, da plena realização de todos os homens.

Na busca da apreensão desse traçado, o pensamento deve partir tomando-o enquanto categoria simples que, ao longo do tempo vai assumindo as mais variadas formas. Nesse sentido, é que é possível dizer que o trabalho constitui o modo peculiar da vida

1

" A burguesia parece perceber que se o locus do educativo para ela esteve na prática social e produtiva, para a nova classe, os trabalhadores, está também aí o locus onde se educam, onde se sabem, constroem sua identidade coletiva e constroem um saber social contra-hegemônico; conseqüentemente, é mais severa a repressão aos processos educativos e aos educadores e militantes que ousam penetrar no espaço educativo do cotidiano, do trabalho, da produção, da organização política, do que a repressão às pedagogias e aos pedagogos que tentam ser críticos na escola. Essa mesma burguesia deve agradecer nossa miopia ou astigmatismo, que teima em buscar o educativo nos claustros da instituição escolar...". ARROYO, Miguel G. O direito do trabalhador à educação. In: Gomes, Carlos M. (org.). Trabalho e conhecimento - dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987, p. 90.

2

A respeito das conseqüências nocivas sobre as mais diferentes dimensões da vida do trabalhador decorrentes do modo capitalista de organizar o trabalho, além das conhecidas descrições de MARX (como as que se encontram em passagens de O Capital, Livro I, Parte IV, capítulos XII e XIII), veja-se: ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global, 1986; BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980; GORZ, A. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980; DEJOURS, C. A loucura do trabalho - estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Oboré Editorial, 1987.

humana se realizar, se desdobrar e se firmar objetivamente; que é o processo pelo qual o homem instaura sua subjetividade à medida que se afirma diante dos objetos que se situam fora dele e, por meio dos objetos que, ao dar conta da sua existência, vai criando como extensão de si mesmo.

O mundo exterior, os objetos da consciência viva são dados como espaço próprio onde o homem inscreve sua marca. O resultado, é um mundo assinalado pela mão do homem que é, por sua vez, resultado da ativa interpretação que exerce sobre ele. Daí que a atividade humana se dá sobre um duplo fundamento: a natureza e sua ordem e a cultura, ela mesma uma ordem que o acolhe. O homem:

" Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza"³.

Desse modo o trabalho se coloca, para o homem, como necessidade imediata e ontológica de sair de si, de sua imanência, de transcender-se para poder ser e realizar-se na sua finitude. Não

dá para pensar o homem preso à sua individualidade/animalidade, preso aos seus carecimentos - comer, vestir, habitar -, sem sair de si. A construção da riqueza material e cultural, uma verdadeira criação do mundo, que é expressão dessa necessidade ontológica, não se restringe, na sua caracterização e nos meios de buscar sua satisfação, aos limites de sua individualidade. Assumindo o caráter social, revelam seu caráter ilimitado e colocam o homem diante da possibilidade de indagar e responder um passo adiante de um dado momento. Se é pelo trabalho que o homem materializa essa forma de dar conta de seus carecimentos, então, o trabalho se põe como condição para realizar seu próprio destino; efetuar a passagem de seu estado natural-individual-animal, para integrá-lo, definitivamente, à condição histórica-social-humana; dar conta de sua vida enquanto indivíduo e enquanto espécie; direcionar o seu vir-a-ser e completar o projeto de si mesmo.

Enquanto trabalho abstrato, nada diz de sua concretização. Entretanto, tal como a semente - entidade abstrata -, que se põe na força do tronco, no viço das folhas e na beleza das flores, o trabalho vai assumindo formas materiais diversas. O conceito simples apanha o elemento mais básico e determinante da realidade e o acompanha nas formas que vai colocando: são novas determinações conceituais que vão enriquecendo e exprimindo a riqueza múltipla do real. Do trabalho humano em geral, trabalho abstrato, chegando ao trabalho materializado na máquina e, aí, trabalho humano realmente abstrato, posto na mais plena materialização, prescinde do homem.

Na sua forma primitiva, o trabalho é expressão da primitiva forma de ser do homem - ainda fortemente preso à sua animalidade. O trabalho é, então, basicamente, produção e reprodução

de seu ser corpóreo, o qual é, fundamentalmente, seu instrumento de trabalho. Suas pernas, seus braços, suas forças, enfim, seu organismo vai muito pouco além deles mesmos. Quando muito, anexa alguns elementos do mundo exterior, naturalmente postos à sua disposição. Mas, por essa pedra e por esse pau tirados do seu estado natural, o homem realiza a primeira abstração: no dar conta da sua vida põe a si fora de si, realiza-se além de sua corporeidade.

Nessa situação, todo seu tempo é tempo de trabalho; todo seu ser corporal/espiritual trabalha; todos os homens trabalham. Essa forma de trabalhar preenchia e definia o limite de sua humanidade ainda muito presa às forças da natureza. Este é o estado primitivo do trabalho/ ser-do-homem. A história posterior, à parte a questão de sua periodização⁴, é a história do homem afastando-se dele. E sem saudades.

Uma das formas desse afastamento se caracteriza pelo distanciar-se dos homens em relação aos homens: de um lado, a grande maioria dos homens que fazem do trabalho o instrumento de dar conta da vida na sua forma mais imediata, o produtor direto, o produtor da riqueza, que lavra o campo, afunda as minas, que malha o ferro e que é contado entre os meios de produção. De outro

4

" A abordagem original de Marx do problema da evolução histórica foi, em certos aspectos, simplificado e alterado, e não foram usados certos lembretes da natureza profunda e complexa de seu método, como a publicação das FORMEM, para correção destas tendências. A lista original das formações econômico-sociais de Marx foi alterada, mas nenhum substituto satisfatório foi apresentado. Algumas das lacunas na discussão de Marx e Engels - brilhante mas incompleta e tentativa - foram reveladas e preenchidas, mas algumas das partes mais fecundas de sua análise, também, terminaram desaparecendo de nosso campo visual ". HOBBS-BAWM, Eric. Na introdução de - MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986, p. 64.

lado, uma pequena minoria que, nessas condições tinha posta a razão do seu não-trabalho, que era o que definia a condição verdadeiramente humana. Daí que: " *O trabalho permanece alheio a qualquer valor humano e em certos aspectos parece mesmo a antítese do que seja essencial ao homem*".⁵

Nessas condições, no dizer de NOSELLA⁶, o trabalho constitui um verdadeiro instrumento de tortura.

Se, nesse arranjo social, ou melhor, se por isso se engendraram arranjos sociais nos quais seres humanos eram convertidos em meios inertes de produção, contabilizados pouco acima dos animais utilizados para trabalhar⁷; se, em outros tempos o produtor imediato, aquele que dava conta dos meios que garantiam a vida, estava profundamente unido ao meio de produção por uma relação político-legal de coação; se nesses arranjos:

" A produtividade era fixada pela rotina
permanente do instrumentum vocalis que des-

5

PLATÃO. Citado por - ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo. Brasiliense. 1987, p. 27.

6

" Dentro de sistemas sócio-econômicos onde a produção é fundamentalmente de consumo, onde a terra é a dimensão do poder sócio-político das classes aristocráticas, onde a afirmação de que os homens são por natureza desiguais é tida como " racional ", o trabalho humano só poderia ser concebido como estigma fatal ou castigo. Em outras palavras o trabalho só poderia ser mesmo um tripalium (três paus), ou seja, um verdadeiro instrumento de tortura ". NOSELLA, P. Trabalho e Educação. In: - GOMES, Carlos M. op. cit. P. 30.

7

ANDERSON, P. op. cit. P. 24.

*valorizava todo o trabalho pela exclusão de qualquer preocupação com estratégias para poupá-lo*⁸;

*" A produção agrícola permanecia extremamente baixa; mesmo proporções de 1:1 eram inteiramente desconhecidas, tão primitivos eram os métodos de cultivo"*⁹;

Paralelamente corria outro processo. O homem, enquanto espécie, ia *desgrudando* de sua condição natural. Se isto já era significativo no que representam as conquistas da Filosofia grega, do Direito romano e da Arquitetura medieval, o mais importante é que punha-se nas suas realizações - um sair de si, que mais o afirmava enquanto sujeito. No trabalho já não conta apenas com os engenhos de seu organismo, postos no seu organismo. Agora, já conta com moinhos rotativos para triturar cereais; prensas de parafusos; arados para trato da terra; instrumentos os mais variados para corte das colheitas; sistemas já mais desenvolvidos de produção de calor; combinações diversificadas de culturas derivadas da aplicação de novos conhecimentos na área da botânica e nas técnicas de drenagem¹⁰. E mais adiante no tempo: o arado rústico de madeira era substituído pelo de ferro; arreios

8

Ibidem, p. 28.

9

Ibidem, p. 135.

10

ANDERSON, p. op. cit. p. 25; OLIVEIRA, Carlos R. História do Trabalho. São Paulo, Atica, 1987, p. 33.

firmes facilitavam a tração animal; o moinho de água se convertia em força mecânica; novas técnicas de adubação com calcário e novos sistemas de plantação eram postos em prática¹¹.

Um passo adiante no caminho de afastamento do homem de suas condições naturais é dado naquela situação em que os instrumentos de trabalho constituem posse do homem que trabalha e condição para sua existência independente¹².

Mais importante do que a exaltação de um período em que o homem " *detinha o domínio individual sobre os meios e o processo de trabalho* ", é ressaltar que nessa situação são objetivadas as possibilidades de realizar o trabalho pela extensão, nos instrumentos, de seus órgãos individuais. Enquanto posse e uso individuais, formavam a base para a afirmação individual, quer em relação à natureza, quer em relação à comunidade. Deriva daí a possibilidade e o direito à mobilidade: em relação as formas de realizar o trabalho, uma vez que a posse do instrumento permitia-lhe experimentar variações no seu uso, criando-as e recriando-as; em relação ao espaço, uma vez que o produto individual do trabalho indivi-

11

ANDERSON, p. op. cit. P. 178.

12

" Um segundo passo histórico está implícito na propriedade do instrumento, i. é, na relação do trabalhador com instrumento como algo próprio, em que ele trabalha como proprietário do instrumento (o que pressupõe que o instrumento esteja incluso em seu trabalho individual, i. é, presume uma especial e limitada fase de desenvolvimento da força produtiva do trabalho). Estamos considerando uma situação em que o trabalhador não apenas possua o instrumento, mas na qual esta forma de trabalhador como proprietário ou do proprietário trabalhador já seja distinta, separada da propriedade da terra e não, como no primeiro caso, um acidente da propriedade da terra e nela incluída...". MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio, Paz e Terra, 1986, p. 94. (grifos do Autor).

dual podia romper os limites de sua aldeia; em relação ao arranjo social que o circundava, uma vez que eram desfeitas as amarras divino/naturais que determinavam seu lugar e conferiam-lhe o estatuto de autor de seu próprio destino. Nesta situação vão sendo gestadas e amadurecidas as condições para mais um passo no afastamento das condições primitivas, passo que implica a dissolução:

" ... Da relação com a terra - ou solo - como uma condição natural de produção que o homem trata como sua própria existência inorgânica... Das relações em que o homem mostra-se como proprietário do instrumento... das relações em que os trabalhadores mesmos, as unidades vivas da força de trabalho, ainda são parte direta das condições objetivas de produção e objetos de apropriação, nesta qualidade"¹³.

O passo a que estamos nos referindo é o modo capitalista de produção, o qual, já nos seus pressupostos revela o caráter *depredador* a que já nos referimos, de onde deriva sua característica fundamental, qual seja, um arranjo humano em que o homem se abstrai do homem pela apropriação privada da abstração do trabalho.

Se o homem já tinha feito do instrumento de trabalho extensão de si mesmo, entretanto permanecia preso ao limite de sua individualidade: seja porque a força mecânica que impulsionava o instrumento continuava muito dependente de sua força física, seja porque a mão individual é que imprimia os passos e os efeitos do instrumento, agora, eram dadas as condições para que a diversificação que antes se dava a nível individual pudesse ser aplicada coletivamente. Assiste-se, então, à diferenciação dos instrumentos de trabalho de modo que cada um pode assumir um especial emprego útil que traz como consequência a necessidade de especialização do trabalhador como forma de maximizar aquele especial emprego útil do instrumento de trabalho¹⁴. Processa-se a passagem da virtuosidade da força produtiva individual para a força produtiva coletiva, de tal forma que :

" O trabalhador coletivo passa a possuir então todas as qualidades produtivas no mesmo grau elevado de virtuosidade e as despende ao mesmo tempo da maneira mais econômica, individualizando todos os seus órgãos em trabalhadores especiais ou em grupos de trabalho aplicados exclusivamente em suas funções específicas"¹⁵.

14

MARX, K. O capital. Livro 1, volume I, p. 392-402.

15

Ibidem, p. 400.

O princípio produtivo, podemos falar assim, continua sendo o trabalhador que opera por seus membros, só que conscientemente dispostos de tal modo que o processo de trabalho se mantenha contínuo o que, em consequência, permite a diminuição do tempo necessário à produção de um determinado objeto.

São bem conhecidas as implicações negativas para o trabalhador, derivadas do caráter capitalista da manufatura, período que estamos considerando, sobretudo, aquela que diz respeito à perda do controle sobre o processo produtivo. Entretanto, a medida que potencia o trabalho coletivo, desenvolve as forças produtivas da humanidade, por isso, revela-se como: " *... progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade*"¹⁶.

O arranjo consciente do corpo coletivo de trabalho que opera de modo específico uma diversidade de trabalhos com o auxílio de forças mecânicas poderosas como a máquina a vapor vai criando as condições para a completa objetivação do trabalho, a qual se completa com a máquina-ferramenta, a máquina automática da indústria moderna.

Agora, os instrumentos naturais de trabalho, os órgãos físicos do homem assumem a forma dos objetos por ele construídos. Os órgãos naturais podem ser liberados da execução do trabalho. Aquele elemento distintivo do trabalho humano de que nos fala MARX - " *um resultado que existia antes, idealmente*"¹⁷, mate-

16

Ibidem, p. 418, (grifos meus).

17

Ibidem, p. 202.

realiza-se em toda a plenitude. Completa-se, deste modo, o processo de materialização, de abstração do trabalho. O trabalho abstrato assume a forma de máquina: trabalho passado, trabalho realizado, trabalho morto que realiza o trabalho vivo¹⁸. E como se a criatura substituísse o criador, ou, o criador se realizasse pela criatura.

Entretanto, essa objetivação se dá sob condições nas quais se invertem as relações sociais dos homens:

" ... como proceso de enajenación desde el punto de vista del trabajo, o de la apropiación del trabajo ajeno desde el punto de vista del capital-, esta distorsión e inversión es real, esto es, no meramente mental, no existente sólo en la imaginación de los obreros y capitalistas"¹⁹.

de tal forma que a realização da espécie se dá às custas de enormes privações do indivíduo. Nisso se põe o limite do modo capitalista de produção que, por sua lógica interna não pode prescindir do homem - trabalho vivo, única mercadoria capaz de produzir valor além do próprio valor, o que impede a realização do sonho de livrar-se do trabalhador. Pelo contrário, na neces-

18

" Só com a indústria moderna aprende o homem a fazer o produto do seu trabalho passado, trabalho já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fosse uma força natural ". MARX, K. op. cit. p. 442.

19

MARX, K. Elementos Fundamentales Para la Critica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. Mexico, Editora Siglo Veintiuno, p. 395. (grifos meus)

sidade de mantê-lo alienado, volta sempre ao trabalho manual, trabalho atrasado (mesmo que seja a fabricação manual de computadores), e, nesta condição, enche todos o poros da vida do trabalhador. Daí suas privações individuais.

Ao conduzir a análise no curso da lógica imanente do modo capitalista de produção, o mais comum é encontrar o trabalhador às voltas com a mais imediata miséria, com seus corpos mutilados e mentes embotadas, travando lutas gigantescas tendo em troca pequenas conquistas que apenas dão conta do imediato que o sufoca - conquistas de justiça, distribuição, participação e decisão sempre nos limites do capital.

Entretanto se tivermos presente, e isto em MARX e' uma constante, que:

" ... este proceso de inversión es tan sólo una necesidad histórica, una simple necesidad para el desarrollo de las fuerzas productivas desde determinada base o punto de partida histórico, pero en modo alguno una necesidad absoluta de la producción; más bien es una necesidad pasajera y el resultado y la finalidad (inmanente) de este proceso es abolir esa misma base, así como esa forma del proceso"²⁰,

sobretudo, se tivermos presente que justamente, aí, na negatividade do indivíduo foi sendo construída a realização da espécie, pelo projetar-se do homem fora de si, nas suas realizações, encontramos boas razões para pensar na passagem pelo muro do capital. Passagem possível porque os homens a desejam, no desejo já materializado, mais do que no desejo *conscientizado*.

Se, a ida ao objeto de estudo, já na primeira aproximação, vai marcada por determinados valores quer de ordem prática, quer de ordem teórica; se entendemos que a superfície, aquilo que do objeto nos é dado imediatamente, ao mesmo tempo esconde e revela a trama na qual se tece sua realidade; se não estancarmos categorias que por sua natureza são dinâmicas, porque históricas; se tomarmos nosso objeto na sua particularidade e singularidade e o levarmos aos pontos de contato com o mundo exterior, único espaço que lhe confere sentido real; se tivermos presente que os homens quando participam de acontecimentos não sabem, exatamente, que futuro engendram, uma vez que sua ação, no mais das vezes, é dirigida por desafios que requerem soluções imediatas, as quais, no entanto, por um processo cumulativo dão curso a um movimento que aponta para além do seu significado mais próximo; se tomarmos em conta que isto é mais forte para aqueles que têm toda a vida ocupada pela tarefa de suprir as necessidades mais elementares e que, por isso, não lhes sobra tempo e não lhes coloca à disposição instrumentos para elaborar a priori o projeto de seu vir-a-ser e para refletir sobre o caminho já percorrido, temos bons indicadores a respeito dos instrumentos que o pensamento dispõe no esforço de transformar o nosso objeto em *concreto pensado*.

Por esses indicadores procurei orientar meu estudo. Tomei

em conta determinados homens e mulheres (imigrantes trabalhadores), em determinado espaço (o Vale do Itajaí), num determinado tempo, (do começo da colonização nos meados do século passado até o início deste século). Percorri o caminho de suas ações, de suas ações fundamentais, do trabalho, portanto, para indagar a respeito de sua reflexão e do seu projeto materiais, porque suas ações são a maneira de dizer como se construíram trabalhadores, a forma de sua educação que se expressa num movimento como que imperceptível que, ao final de um certo período, os revela objetivamente diferentes.

3 - DAS MUITAS FORMAS DA MESMA RAZÃO PARA EMIGRAR

A intenção já declarada deste estudo é apanhar a materialização do trabalho enquanto processo no qual o homem, após certo período, sai diferente de si, e tem como personagem o imigrante-trabalhador. Isto, leva à necessidade de uma abordagem, ainda que em largos traços, da questão da imigração, para além do marco político-cronológico¹ e de destaque de um aspecto que caracterizou este ou aquele grupo étnico que contribuiu para colonizar o Vale do Itajaí.²

Interessa-nos indagar acerca do quadro geral no qual foram

1

Como exemplos, veja-se 1) SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988; 2) CABRAL, Oswaldo R. Brusque - subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque, Edição da "Sociedade Amigos de Brusque", 1958.

2

Como exemplos, veja-se: 1) SEYFERT, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981; 2) BERRI, Aléssio. A igreja na Colonização Italiana no Médio Vale do Itajaí. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988.

produzidas as condições para italianos e alemães³ serem postos diante da necessidade de partir e, partir para o Brasil. Sabe-se que o *quadro geral* não é o mesmo na Alemanha e na Itália, que existiram razões gerais especificamente italianas e especificamente alemães. Mais ainda, restariam boas razões históricas para investigar os motivos específicos que levaram lombardos ou bádenses a emigrar. De resto, encontrar-se-ia uma razão mais específica ainda que explicaria o fato de um determinado grupo, de determinado lugarejo italiano ou alemão, ter partido em determinado momento.

Então, se a pergunta que nos interessa é:- que processo ocorreu para que se produzisse, na Alemanha e na Itália, uma si-

3

São os dois grupos que estão na base da análise neste trabalho. Mas não são os únicos que colonizaram o Vale do Itajaí. Entre outros vieram, ainda, belgas, franceses e poloneses. A respeito dos últimos, ver, por exemplo: GOULART, Maria C.K. Krieger. As Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro; contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil Meridional. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1984. A colonização do Vale do Itajaí se dá a partir de dois núcleos fundamentais: 1) Blumenau, com a Fundação de uma colônia com o mesmo nome, em 1850; 2) Brusque, com a fundação das Colônias Itajaí, em 1860 e Príncipe D. Pedro, em 1867, as quais passaram a formar uma só, em 1869, sob a denominação de Colônia Itajaí-Príncipe D. Pedro. Ao longo do trabalho utilizo sempre: Colônia Blumenau para o primeiro e Colônia Brusque para o segundo núcleo.

tuação em que milhões de pessoas* fossem colocadas diante da necessidade de emigrar? - a resposta é: o progressivo instalar-se do modo capitalista de produção com tudo o que implica e, o paralelo e conseqüente dissolver-se da ordem feudal.

Isto nos remete, novamente, à discussão já mencionada, referente à periodização dos modos de produção provocada a partir dos escritos de MARX e ENGELS, agora, especificamente no que diz respeito à passagem do feudalismo para o capitalismo. De toda a discussão, colho o alerta já feito por HOBSEBAWM⁵, agora na formulação mais precisa feita por SANTIAGO, quando nos diz que os clássicos com "... seus escritos não constituem senão uma introdução, preciosa e necessária, mas insuficiente"⁶, para dizer que, a exemplo do capítulo anterior, onde não interessava apa-

4

Redovino RIZZARDO, na Introdução Geral de: SCALABRINI, João Batista. A Emigração Italiana na América. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Centro de Estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979, informa: "Durante os 40 anos que dividem o ano de 1876 da primeira grande guerra mundial, verifica-se uma emigração de mais de 14 milhões de italianos..." (p. 12), período no qual o Brasil recebeu 1.225.120 imigrantes, correspondendo a 9% do total (p. 13). SEYFERT, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974, informa que "cerca de cinco milhões de alemães deixaram sua terra de origem durante o século XIX" (p. 27); RICHTER, Klaus. A Fundadora de Joinville: Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, no 4, 1982/1983, p. 76, dá conta que "no período de 1846-1857 emigraram dos Estados Alemães, nada mais, nada menos do que 1.266.500 pessoas, das quais a maioria, aproximadamente 90% ia se fixando nos Estados Unidos".

5

Ver nota 4, no Capítulo II.

6

Theo SANTIAGO na Introdução de Do Feudalismo ao capitalismo - uma Discussão Histórica. São Paulo, Editora Contexto, 1988, P. 16 (grifos do Autor). O livro reúne textos de PARAIN, VILAR/PRO-CACCI, LEFEBVRE, SOBOUL, HOBSEBAWM, TREVOR e ROPER, a respeito dos quais lemos: "Um estudo aprofundado das relações de produção pré-capitalistas, somente poderá ser feito como esses autores e não apesar deles". p. 18.

nhar as particularidades espaço-temporais de um determinado modo de produção, aqui, também, seguiremos pelas preciosas pegadas deixadas pelos clássicos, sem entretanto, esquecer que a acumulação-instalação do capitalismo percorreu caminho próprio em cada país, em termos, por exemplo, do período que se instalou em sua fase mais desenvolvida; de local onde se instalaram os pólos mais dinâmicos; as formas da diferente pressão que exerceu sobre o conjunto e que acabou por colocar a emigração como uma saída.

O fato é que, durante o século XIX, italianos e alemães vinham assistindo, e sentindo em suas vidas, o desmoronamento de todo um mundo material, de formas de produzir basicamente ligadas à terra, à medida que um novo mundo, fundado em formas de produzir basicamente ligadas à indústria, vinha se instalando, ainda que a maioria contemporânea não fosse capaz de precisar seu real conteúdo.

O novo mundo punha-se, de imediato, pelo seu lado negativo, antítese do velho e se materializava das mais diferentes formas: perda total da terra; perda parcial da terra aliada à imposição de pagar pesada renda em produtos ou em dinheiro a terceiros; fragmentação excessiva da terra que impossibilitava tirar dela o mínimo necessário para o sustento mínimo e, paralelo a tudo isso, destruição do artesanato doméstico que completava o desmantelamento das bases que permitiam dar conta, de forma independente, da produção da vida⁷. Por outro lado, do lado da cidade,

corria a progressiva degradação do artesanato urbano⁸.

Produtos agrícolas e manufaturados vindos do estrangeiro ou dos pólos dinâmicos dentro do próprio país - norte, na Itália⁹; região do Ruhr, na Alemanha¹⁰, vinham minando a velha ordem econômica. Ainda que crises conjunturais pudessem se fazer presente para agravar mais a situação, como a escassez de batata, a queda na produção de cereais, crise no comércio, na Alemanha¹¹; crise na produção do bicho-da-seda, no Trento, Itália¹², o fato é, que a velha ordem estava fadada a desaparecer por força da dinâmica interna da nova ordem que vinha se instalando.

O novo se punha no existir de espaços dinâmicos fundados sobre uma nova forma de produzir e que criavam, no campo e na cidade, uma população flutuante, a qual, passaria a integrar o fluxo de atração campo-campo, cidade-campo, situação que, na realidade, materializava o processo de degradação das condições de trabalho e de vida ao qual estava presa. Processo cheio de perdas, para uns já plenamente realizado; para outros, nos mais diversos graus de realização. Produto da nova ordem capitalista, tornam-se presa dela, disponíveis para acompanhar seus movimentos, incluindo o de expansão lateral. Para acompanhá-lo, constroem o fenômeno emigratório.

8

MOORE, Jr., Barrington. Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 182-192.

9

ALVIN, M. F. Z. op. cit. p. 25.

10

MOORE Jr., B. op. cit p. 174.

11

Ibidem, p. 222-223.

12

GROSSELLI, Renzo M. Vencer ou Morrer - camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis Editor da UFSC, 1987. p.93-99

Para aqueles que já haviam perdido tudo da velha ordem e, enquanto a plena industrialização não viesse resolver o problema a esse nível¹³, emigrar significava, literalmente, não morrer. Para aqueles que ainda permaneciam de alguma forma presos à ordem anterior, para eles, sim, emigrar se colocava mais próximo à:

"... recusa de uma sociedade e construção de uma nova sociedade, não internamente ou sobre as ruínas da sociedade recusada, mas num contexto geográfico novo"¹⁴.

Se, emigrar foi a saída encontrada por parcela significativa daqueles que vinham vivenciando um processo constante de degradação, para o conjunto restavam alternativas como: resistir (=bem que tentaram, de forma violenta em 1848); submeter-se ao disciplinamento da nova ordem, criando novas formas de organização (= essa é a própria história da classe operária)¹⁵.

E bem conhecida a vocação universalista do modo de produção capitalista, que faz da produção exclusivamente produção de mercadorias, as quais, só se realizam quando postas em circulação. Itália e Alemanha que "vieram ao mundo tarde demais", depois do período mercantilista, não haviam constituído colônias próprias, como a Inglaterra havia feito, por exemplo. Eram outros

13

MOORE, Jr., B. op. cit. p.195.

14

GROSSELLI, R. M. op. cit. p. 17.

15

Ibidem, p. 17

os tempos e impunham a adoção de outras estratégias, que eram formuladas em termos como:

" A Itália poderia conseguir na América um vasto campo... de grande utilidade para o incremento de seu comércio e de sua legítima influência... uma fonte inexaurível de atividade industrial..."

" A companhia não pretende chamar a sua obra em questão puramente filantrópica... Não estando no caso de poder inteiramente renunciar a um benefício proporcionado aos seus trabalhos e as grandes despesas com a colonização... todavia não se ocupa com esta empresa para fazer lucros no tempo mais breve possível, mas encaminhar uma nova época de relações industriais, e comerciais entre a Alemanha e o Brasil, países estes que devem inteirar-se mutuamente e são aliados naturais pelo destino, achando o Brasil para os seus produtos o mercado mais desembaraçado e lucrativo na Alemanha, que não possui colônias próprias e recebendo dela braços laboriosos e os manufactos de que care-

ce.¹⁷

O comércio de produtos manufaturados colocava-se como horizonte de expansão e criação de reservas de matérias-primas e, sobretudo, via de escoamento de uma mercadoria especial, existente em abundância: mão-de-obra. O fenômeno imigratório aparece, então, como uma necessidade inerente à ordem de coisas que vinha se instalando e que incluía a necessidade de expansão lateral, agora, do mercado de trabalho. E porque, desde a metade do século XIX vinha se firmando o mercado internacional da força de trabalho, que a imigração para o Brasil deve ser vista como "parte de um movimento da força de trabalho num mercado de força de trabalho mundial..."¹⁸.

Trata-se de internacionalização em massa, definitiva, sistemática, da qual, italianos e alemães tomavam parte de modo significativo. Eles, que há muitas gerações vinham se deslocando para regiões e países diferentes dos seus. Até então, diante da impossibilidade de, na sua terra, garantir o sustento mínimo, partiam para voltar ao cabo de um certo período, trazendo consi-

17

Requerimento do Dr. Hermann Blumenau, datado de 16.03.1848, dirigido à Assembléia Provincial de Santa Catarina, pelo qual, em nome da SOCIEDADE DE PROTEÇÃO AOS IMIGRANTES ALEMÃES NO SUL DO BRASIL, solicita ao Governo Provisório a concessão de uma área de terras para colonização. In.: SCHNEIDER, Adolfo B. Povoamento-imigração-colonização. A fundação de Blumenau (no Vale do Rio Itajaí) e de Joinville (nos fundos do Termo (município) de Nossa Senhora da(s) Graça(s) de São Francisco Xavier (ou de Assis) do Sul. p. 296-298. (grifos meus).

18

IANNI, Octávio Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In.: - Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. Imigração Italiana-Estudos. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979. p. 12.

go alguma economia em dinheiro¹⁹. Essa foi a forma de resistir e ao mesmo tempo de contornar os primeiros sinais de que algo de novo vinha apontando no horizonte. Quando essa solução deu sinais de esgotamento, a emigração sistemática se coloca como saída, agora, definitiva. Não mais na forma de um *até logo*. Agora, era *adeus*.

Livres para emigrar, alemães e italianos emigravam. O destino podia ser os Estados Unidos, a Argentina... o Brasil. Dentro de um quadro de expansão do modo capitalista de produção que transforma tudo e todos, interessa, agora, alguns traços fundamentais de "por quê" o Brasil.

O século XIX é um período de grandes transformações na sociedade brasileira: abolição da escravatura, urbanização, início do que seria o setor terciário e início da industrialização. Puxa-se à sociedade e economia brasileiras a necessidade de abrir suas fronteiras, criar novas áreas de atividades, incrementar atividades já existentes, como a cafeicultura, por exemplo. Além disso, tornava-se necessário dinamizar economias locais e regionais instaladas longe do núcleo econômico mais dinâmico²⁰, o qual, vinha se deslocando do nordeste para o centro-sul²¹.

E dentro desse quadro que em 1808 se abrem "os portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro"; se permite "o livre

19

GROSSELLI, R. M. op. cit p. 75-76; SEYFERT, G. op. cit. p. 24.

20

IANNI, op. cit. p. 13; PRADO Jr., Caio História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 121-154.

21

LAZZARI, Beatriz M. Imigração e ideologia; reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875). Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 7.

*estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil" e a " concessão de sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil"*²². Mais tarde, pelo Decreto de 16.03.1820, lançam-se as bases da política oficial de colonização, iniciada em 1824 com a fundação de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, política na qual, se enquadra a colonização do Vale do Itajaí, com a fundação da Colônia Blumenau em 1850.

Além de atender à necessidade de dinamizar núcleos econômicos locais, essa política visava, ainda:

*"... substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, a grande propriedade pela pequena propriedade, criando, no país, uma classe média"*²³

Contrapondo tais objetivos a uma estrutura sócio-econômica fundada no trabalho escravo e no latifúndio é fácil depreender o seu caráter revolucionário, como é fácil de entender porque o Parlamento, em sua esmagadora maioria composto por representantes dos grandes proprietários, que vinham ganhando expressão na vida política do país, vai combatê-la sistematicamente. Disso resultou que, a partir da segunda metade do século XIX, a política imigratória brasileira assumiu um duplo caráter: de um lado

22

Carta Régia de 28.01.1808; Alvará de 01.04.1808; Decreto de 25.11.1808, respectivamente. In.: SCHNEIDER, A. B. op. cit. p. 264-266.

23

LAZZARI, B. M. op. cit. p. 31.

a política oficial (de colonização) com os objetivos básicos já expostos; de outro lado, a política dos grandes fazendeiros - sistematicamente defendida no Parlamento-, que visava ao suprimento de braços para a lavoura, os quais, tanto mais se tornavam escassos quanto mais avançava o processo que foi dar na abolição da escravidão, em 1888²⁴. Da prática desse jogo de interesses, jogo aparente pelo menos, o resultado foi que:

"... a estratégia usada pelo governo era de servir-se da colonização como foco de atração para a imigração de elementos de trabalho que se dedicassem à lavoura de café"²⁵

Assim, por exemplo, no referido Decreto de 1820²⁶, fala-se em *concessão gratuita*, e nada mais, de uma área de terras ao colono estrangeiro que se estabelecesse no Brasil. Já, por Lei de 1848, impunha-se *"desflorestamento e cinco anos de cultura"* como condição para tornar-se proprietário. Com a Lei de 1850, estabelecia-se a compra como única forma que garantia a proprie-

24

MANFROI, Olívio. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul; Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre, GRAFOSUL/Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 24-43.

25

LAZZARI, B. M. op. cit. p. 128.

26

Transcrito em SCHNEIDER, A. B. op. cit. p. 271- 272.

dade²⁷. Por outro lado, vantagens antes ausentes ou omissas vinham sendo explicitadas: pagamento da diferença do preço da passagem entre Brasil e Estados Unidos, em 1865; prazo de dez anos para pagamento do lote de terras e viagem gratuita até a Colônia, em 1867²⁸.

Essa forma adotada pelo governo para administrar o fluxo imigratório, isto é, tomando medidas liberalizantes quando as entradas eram reduzidas e, adotando medidas restritivas quando o fluxo registrava altos índices trouxe como contrapartida sérias dificuldades na administração das Colônias. Brusque e Blumenau as colônias base do Vale do Itajaí, também sofreram tais consequências, como será visto adiante.

Composto o quadro geral das condições que na Itália e Alemanha punha grande massa humana em *liberdade* para emigrar e das condições que faziam do Brasil uma possibilidade de destino, resta apontar para as formas como isto tudo se materializou.

No que diz respeito à vinda de alemães, precisamos retornar a agosto de 1822, poucas semanas antes do Brasil tornar-se independente. E nesta data que parte para a Europa Central a chamada "MISSÃO SCHAFFER", tendo por objetivos: 1) *público*: angariar a simpatia da Corte Austriaca em favor da Independência do Brasil; 2) *secreto*: organizar nos países de fala alemã a vinda de emi-

27

LAZZARI, B. M., op. cit. p. 33-34. "... a chamada Lei de Terras, de 1850, embora visasse a criar tanto pequenos como grandes proprietários rurais, foi distorcida pelos potentados territoriais para legitimar suas reclamações de fato sobre vastas faixas de terra, e, sistematicamente, impedir os pequenos fazendeiros de ampliar suas propriedades". DEAN, Warren, citado por: PIAZZA, Walter F. A Colonização de Santa Catarina. Florianópolis, Editora Lunardelli, 1988. p. 133.

28

MANFROI, O. op. cit. p. 35.

grantes para o Brasil²⁹. E deste segundo objetivo que tratam as "*Instruções Particulares para servirem de regulamento ao Sr. Jorge Antonio Schaffer, na missão com que parte desta Corte para a de Viena d'Austria e outros*", datado de 21.08.1822³⁰. Nele se lê: "*ajustará uma colônia rural militar... a qual se comporá de duas classes: 1ª de atiradores - 2ª de individuos puramente colonos*" (item 4); e - "*Procurará, igualmente fomentar a imigração para este reino de todos os Artistas e Lavradores... sem ingerir o governo nesta imigração*" (item 12). O resultado foi que, de 1824 a 1830, foram introduzidos 5.350 imigrantes recrutados na Alemanha³¹.

Um novo passo, agora naquela perspectiva já apontada que indicava para a Alemanha a necessidade de encontrar mercados como forma de sua expansão e, para o Brasil, a necessidade de libertalizar sua economia, foi dado em 1827, com a assinatura do TRATADO DE COMERCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE O BRASIL E AS CIDADES DE BREMEM, LEUBECK E HAMBURGO³². Criava-se, desse modo, um instrumento capaz de incrementar o comércio.

Com efeito, as relações comerciais entre Brasil e Hamburgo, que dispunha do maior porto da Alemanha, na época, viriam a se desenvolver em escala bem ampla, sendo que, no período 1845-1848 alcançou as seguintes cifras: 1) IMPORTAÇÕES DO BRASIL: em 1845, 130 navios, no valor de 12.281.520 marcos; em 1846, 105 navios, no valor de 10.993.290 marcos; em 1847, 104 navios, no valor de

29

SCHNEIDER, A. B. op. cit. p. 123.

30

Ibidem. Integra transcrita às p. 273-276.

31

MANFROI, O. op. cit. p. 23.

32

Transcrito em SCHNEIDER, A. B. op. cit. p. 280-295.

10.836.840 marcos; em 1848, 111 navios, no valor de 10.335.460 marcos; 2) EXPORTAÇÕES PARA O BRASIL: em 1845, 49 navios, no valor de 3.370.350 marcos; em 1846, 43 navios, no valor de 2.987.160 marcos; em 1847, 43 navios, no valor de 3.736.900 marcos; em 1848, 42 navios, no valor de 2.654.030 marcos³³.

Como se vê, os números do Balanço de Pagamento pendiam favoravelmente ao Brasil. Nesse desequilíbrio, destacando o movimento de navios que entravam em portos hamburgueses com produtos brasileiros comparado com número de navios que saíam do porto de Hamburgo com destino ao Brasil, entende-se o problema que se colocava aos comerciantes e armadores daquela cidade no que diz respeito ao carregamento dos veleiros na viagem de ida.

Justamente nesta época, aparece no cenário hamburguês a chamada " MISSÃO ABRANTES ", com a finalidade de incrementar a imigração alemã para o Brasil³⁴. Era o fato que se encaixava perfeitamente com os interesses da burguesia comercial daquela

33

RICHTER, K. op. cit. p. 78.

34

SCHNEIDER, A. B. op. cit. p. 158-159. O Visconde de Abrantes, que chefiava a referida Missão, é Autor de um Livreto intitulado " *Memórias sobre os meios de promover a colonização*", publicado pela primeira vez em Berlim em 1846, cujo texto encontra-se, na íntegra, na Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, ano 2, nº 2-3, abr./jul.1941, no qual se lê: " Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às Autoridades, são as qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens... (p. 834) O que nos cumpre fazer para conseguirmos a colonização que desejamos...: 1º)... é a publicação de uma Lei, que regule a medição, divisão, demarcação, e venda pública das terras nacionais e devolutas, por um preço módico, que possa ser depois aumentado, e nunca diminuído; que ao mesmo tempo vede toda e qualquer doação das mesmas terras, salvo em casos extraordinários... (p. 865); 2º)... se entender conveniente a aplicação de algum meio que possa desde logo, e enquanto não se dá execução à Lei, favorecer a introdução de colonos; esse meio que chamarei de paliativo, deve ser quanto à mim o de oferecer passagem livre aos que forem engajados por Agentes do Governo..." (p. 866) (grifos meus).

cidade interessada no comércio com o Brasil: os imigrantes passariam a compensar a falta de mercadorias dos veleiros que se dirigiam aos portos brasileiros. Ainda mais, a partir de 1845, nenhum Estado alemão impunha restrições à emigração para o Brasil. Se isto não representava a adoção de uma política emigratória definida, no entanto, favoreceu o desenvolvimento do interesse particular em torno do assunto. Disto, resultou que, na década de 1840, foram fundadas cerca de trinta Sociedades particulares que tomaram para si a tarefa de informar o público e dirigir a emigração para determinadas regiões. Ainda que algumas delas fossem movidas por interesses puramente filantrópicos, o certo é que a maioria visava lucros financeiros³⁵. Entre estas, estava a SOCIEDADE DE PROTEÇÃO AOS IMIGRANTES ALEMAES NO SUL DO BRASIL, fundada em Hamburgo em 1846. E em nome dela, que neste mesmo ano, o Dr. Blumenau embarca para o Brasil³⁶ e, em 1848, dirigiu à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, o mencionado requerimento no qual pedia a concessão de terras para colonização situadas às margens do Rio Itajaí.

O fluxo regular de imigrantes italianos para o Brasil se dá a partir de 1874-75. Nesse momento já ia avançado o processo de transformações sociais e econômicas por que vinha passando o Brasil, do qual, cabe destacar: a lavoura cafeeira tinha alcançado extraordinário desenvolvimento; a campanha abolicionista vinha avançando e ganhava novo impulso logo após e, em conse-

35

RICHTER, K. op. cit. p. 77.

36

Acerca dos primeiras atividades do Dr. Blumenau no Brasil, veja-se: 1) SILVA, J. F. op. cit. p. 23-33; 2) JAMUNDA, Theobaldo C. Um alemão brasileiríssimo - o Dr. Blumenau. Blumenau, 1966.

qüência, da Guerra do Paraguai (é de 1871 a chamada LEI DO VENTRE LIVRE).

No quadro internacional, correspondia um momento em que os Estados Unidos adotavam as primeiras medidas em direção de uma política de restrição à imigração para aquele país; a Itália fazia seu aparecimento na cena dos países de grande emigração.

E nessa situação que o Brasil, em grande florescimento econômico e, por isso mesmo com grande necessidade de mão-de-obra, torna-se um opção³⁷. Ou melhor, apresenta-se como uma opção. Nessa direção, multiplicam-se, aqui, os esforços em favor da imigração, cuja base foi uma campanha - fundada na exaltação das vantagens que aqui eram oferecidas -, com o objetivo de introduzir 350.000 estrangeiros³⁸. Nesse esforço/campanha é que se situa a ORGANIZAÇÃO CAETANO PINTO³⁹. O resultado foi que:

37

PRADO Jr., C. op. cit. p. 172-191.

38

MANFROI, O. op. cit. p. 42.

39

Tal ORGANIZAÇÃO surge em decorrência do contrato assinado com o Governo Imperial, pelo qual, CAETANO PINTO JÚNIOR era autorizado a introduzir, no prazo de 10 anos, cem mil imigrantes. O contrato foi autorizado pelo Decreto nº 5.663, de 17.06.1874, ambos transcritos em PLAZZA, W. F. op. cit. p. 181-184. O Dr. Blumenau reagiu energicamente, argumentando: 1º a falta de critérios na seleção dos imigrantes que, a seu ver, decorria do facto de que " simplesmente trata do fornecimento ou da introdução, não do estabelecimento de imigrantes pelo introdutor..."; 2º "... a despesa total com cada imigrante adulto introduzido, garantida pelo contrato... vem a ser, termo médio, Rs. 155\$000... enquanto que custaram ao mesmo governo 1.672 adultos e 639 menores, total 2.311 pessoas, que nos anos 1868 e 1869 eu havia expedido de Hamburgo... por cada pessoa... Rs. 27\$368". APONTAMENTOS SOBRE DIFERENTES E IMPORTANTES NEGÓCIOS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO COM ESPECIAL APLICAÇÃO AS COLONIAS BLUMENAU E ITAJAI, PELO DR. BLUMENAU, EM NOVEMBRO DE 1875. OS APONTAMENTOS SOBRE NEGÓCIOS E ASSUNTOS ESPECIAIS DA IMIGRAÇÃO DE p. 10 EM DIANTE". p. 9-16. Um comentário sobre a posição do Dr. Blumenau se encontra em - FINARDI, J. E. O decreto imigratório 5.663 e o Dr. Blumenau. Blumenau em Cadernos. Fundação "Casa Dr. Blumenau", Tomo XIX, nº 2, p. 52-56, fevereiro de 1978.

" O Brasil se ofereceu aos imigrantes no momento mais oportuno e deles se aproximou através de uma organização funcional e capital⁴⁰.

Desse modo, razões estruturais (= o avanço do modo capitalista de produção e o conseqüente desmoronamento da velha estrutura feudal); razões conjunturais (= a crise na produção do bicho-da-seda, por exemplo), aliada a razões supraestruturais - (" um certo espírito de rebelião"⁴¹), agiram no sentido de potenciar a saída, a qual se efetivou pela materialização de uma estrutura econômica composta de companhias navais, sociedades de colonização com seus representantes, que viam na imigração uma possibilidade de auferir lucros. Dai, uma campanha bem montada que vendia a mercadoria Brasil (= terra, fartura, progresso), num mercado em que tantos careciam dela. E muitos arriscaram comprar.

40

GROSSELLI, R. M. op. cit. p. 179.

41

Ibidem, p. 99-103.

4 - TRABALHADOR DE ESTRADAS PARA CONSTRUIR SUA INDEPENDENCIA

*" Vostu vegnire in Mèrica
vostu vegnire con me
Vostu vegnire in Mèrica
a travagliare con me! "*

Vieram e trabalharam. Trabalharam na construção de estradas, num trabalho diretamente remunerado, do qual vou me ocupar neste capítulo².

Vou começar afirmando, para voltar mais adiante, que fizeram do trabalho nas estradas e caminhos o centro de um diálogo de justiça.

Se, justiça era o que buscavam, não foi sem ter um motivo justo que *brigaram* em torno dele. Era reclamado quando chegada à Colônia se dava em época em que já não era possível o imediato

1 " VOSTU VEGNIRE IN MERICA", canção italiana. In.: - VICENZI, Victor R. História de Rio dos Cedros. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1975. p. 70.

2 Ao longo da exposição, refiro-me a esses trabalho empregando apenas, ora a expressão " trabalho remunerado "; ora " trabalho público"; ora " trabalho nas estradas". Neste capítulo e, também, no posterior, os documentos referenciados com " AqBq " dizem sempre respeito a fatos da Colônia Brusque. Os referenciados com " AqBu ", a fatos da Colônia Blumenau.

plantio da lavoura³. Outras vezes, era preciso recorrer ao trabalho público porque, ao chegar, não encontravam prontos, como se lhes havia prometido, os lotes de terra, como fazem saber 113 colonos de Brusque em abaixo-assinado de 1868 ao dizer que *"durante um longo espaço de tempo de expectativa e vicissitudes que sofremos no começo do estabelecimento, fomos obrigados a esperar que nos fossem distribuídas as nossas terras"*. Ou, então, eram obrigados a procurar pelo trabalho de estradas por que lhes era *"absolutamente impossível sustentar suas numerosas famílias com os produtos de seus trabalhos rústicos, visto que o terreno é só montanhas, infértil tão inteiramente que muitas vezes a recolha é menor ou igual às sementes que se gastaram nas plantações"*, ou, porque *"o que plantamos depois de feito as derrubadas, preparação da terra para a primeira plantação, morreu tudo da geada, de modo que pouco ou nada colhemos dela"*.

Já, quando se encontravam trabalhando, impunha-se lutar pelo pagamento do serviço realizado. Lutar pelo pagamento no valor correto, pois, se deparavam com um diretor que *"pretende fazer abatimento nos 900 réis diários, para cuja quantia foi estipula-*

3

As notícias a respeito são encontradas com muita frequência. Aqui, a referência é feita ao teor do ofício do Diretor da Colônia ao Presidente da Província (PP), datado de 23.09.1863. AqBq-Pasta 1863.

4

Dirigido ao PP, datado de 15.01.1868. AqBq-Pasta 1868.

5

Abaixo-assinado, dirigido ao PP, com 18 assinaturas, datado de 22.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

6

Abaixo-assinado, dirigido ao PP, com 19 assinaturas, datado de 29.01.1876. AqBq-Pasta 1876. Do mesmo teor daquele com 46 assinaturas, datado de 13.12.1879. AqBu-P02-79/793.

do o trabalho nos caminhos", abatimento justificado assim: "aquele que já tinha recebido nas vendas o importe dos seus subsídios mensais ou gêneros ou em dinheiro, valor geral de 400 réis por dia, e supondo, que tenha trabalhado no mesmo mês 10 dias, esse não podia receber o seu jornal interior de 900 réis, mas somente 500 réis, acreditando-se-lhe na sua dívida de subsídios, pelos 10 dias, a 400 réis"⁷. Explicação que nem sempre era dada, como ocorre em novembro de 1877, quando tão somente se diz que o dinheiro remetido para o pagamento dos serviços públicos de outubro cobria um valor menor do que aquele pago em setembro do mesmo ano⁸. Por um e por outro caso já vamos tomando conhecimento da elasticidade das regras que disciplinavam a vida do colono nesta condição e com as quais ele tinha que se defrontar.

Não era apenas isto. Havia a decisão de simplesmente não efetuar o pagamento, sob alegações as mais diversas, cujo exemplo é a de que "os caminhos não foram feitos e prontos pela ma-

7

Abaixo-assinado por Conrado RUBE, João Carlos SCHUCH, João BRAUN e Fabiano BECKER, datado de 22.01.1862. AqBq-Pasta 1862.

8

Ofício do Diretos ao PP, datado de 29.01.1862. AqBq-Pasta 1862. Essa transferência de contas seria tentada com freqüência e, com freqüência igual foi, sendo repelida. Ficamos sabendo, por exemplo que: "...fazendo eu... um apelo aos colonos, para auxiliarem a pronta execução das obras de consertos mais urgentes, trabalhando certo número de dias mediante pagamento em dinheiro e outros tantos por conta das suas dívidas ao Governo Imperial, grande número não só se recusou prontamente... mas, ainda, deu-se um tumulto, muito grave, que ameaça repetir-se em maiores proporções". Carta do Diretor da Colônia Blumenau ao PP, datada de 01.11.1870. In.: -Blumenau em Cadernos. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", Tomo XX, Vol. 9, p. 245-247, fev./1979.

9

Telegrama do Diretor ao PP, datado de 16.11.1877. Os colonos "recusam-se absolutamente a receber toda e qualquer quantia que não seja igual a dos pagamentos anteriores... é preciso tanto quanto se pagou no mês de setembro". AqBq-Pasta 1877.

neira acertada e prescrita ¹⁰; havia a questão do permanente atraso no pagamento¹¹, à qual se juntava a que dizia respeito à forma como o mesmo era feito. Os quatro signatários do já mencionado abaixo-assinado de 22.01.1862 dizem que o diretor " *quase sempre deu aos colonos vales* ", com o agravante de que os mesmos só " *se aceitavam em pagamento na venda do Sr. Liberato* ", a qual era declarada pelo diretor como sendo venda do governo, de modo que os colonos se viam obrigados a comprar seus mantimentos a preços muito mais elevados do que em qualquer outra.

Podia não ser verdadeira a acusação dos quatro. Pelo contrário, o Diretor é que podia estar falando a verdade quando no ofício de 29.01.1862 informa que os vales eram passados " *sem especificar casa alguma de negócio à qual se dirigissem* ". Entretanto, era real a dependência do colono ao vendeiro e isto é o que importa reter, dependência que mais se aprofundava em razão de que na Colônia " *muitas espécies de alimentação e outros artigos custam o triplo do que em outras*", como dá a conhecer o próprio Diretor¹². E isto, no conjunto de uma situação em que, mais tarde, os colonos vão se encontrar com um comerciante que " *desconta dos trabalhadores até 25% e obriga-os a comprar pela maior quantia que lhes resta gêneros, dando a eles apenas o mais necessário para a viagem em dinheiro* ", como, curiosamente, de-

10

Ofício do Diretor ao Delegado de Polícia da Vila e Termo de Itajai, datado de 10.09.1865. AqBq-1865.

11

" *Ainda se devemos serviços de dezembro* ", diz o Diretor em telegrama ao PP, datado de 05.08.1881. AqBq-Pasta 1881. O mesmo teor do que já fora comunicado em Telegramas de 13.01.1876. AqBq-Pasta 1876.

12

Ofício ao PP, datado de 26.04.1862. AqBq-Pasta 1862.

nunciavam 13 negociantes em abaixo-assinado¹³. A dependência era real e era decorrente de fatos objetivamente postos. Entretanto, o julgamento que se fazia era de que tal dependência se devia aos próprios colonos que " *não usam de economia prudente* " e que é " *por suas incautelas provida* " ¹⁴. Um julgamento que, na realidade externa, com precisão, o tipo de colono que se queria, o tipo de comportamento que dele se esperava: trabalhar e economizar e, tanto mais deveria trabalhar e economizar quanto maiores fossem as adversidades. Colonos " *morigerados e moralizados* ", como nos fala CABRAL¹⁵ em comentário final ao Relatório do francês LOUIS MICHEL.

Havia, ainda, que se lutar pelo modo de executar o trabalho nas estradas. Quando ordens são dadas no sentido de acabar com a modalidade empreitada de realizar os serviços, um abaixo-assinado de 36 colonos, de " *todos indistintamente* ", faz saber de modo enfático que " *todos nós nos recusamos de fazer isto* " ¹⁶, enquanto que outros 23 " *respeitosos chefes de família aqui subscritos, e não subscritos todos unamimes... tomaram a liberdade de dever expor a Digníssima sua pessoa, que a este suplício, não querem absolutamente submeter-se* " ¹⁷.

13

Datado de 29.12.1881. AqBq-Pasta 1881. A exploração de ven-deiro já havia sido denunciada pelo francês LOUIS MICHEL, em seu RELATÓRIO SOBRE A COLONIA BRUSQUE, REMETIDO A ALTA APRECIACÃO DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA PROVINCIA, datado do final de 1875. AqBq-Pasta 1876.

14

Ofício do diretor ao PP, datado de 12.10.1862. AqBq-Pasta 1862.

15

CABRAL, O. R. op. cit. p. 171.

16

Datado de 18.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

17

Abaixo-assinado datado de 20.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

Paradoxamente, a ordem era para acabar com uma modalidade de executar os serviços reconhecida como meio de fazer os colonos progredir " *proporcionalmente muito mais depressa* " ¹⁸, e meio de obter: " *1º) economia induvidável, de 1/3 das despesas; 2º) simplificação da inspeção dos trabalhos; 3º) facilidade de dirigir-los; 4º) emulação dos colonos a ganharem o suor de seus trabalhos proporcionalmente a seus préstimos* " ¹⁹, e meio que " *não aumenta despesa alguma* " ²⁰.

Se encontravam razões das mais diversas ordens para brigar em torno do trabalho nas obras públicas, diversas também foram as formas encontradas para dizer a respeito. Ora, vinha junto de uma bem elaborada denúncia de como as coisas, de modo geral, vinham ocorrendo na Colônia, tal como fazem Conrado RUBE, João Carlos SCHUCH, João BRAUN e Fabiano BECKER, da Colônia Brusque que, segundo eles " *se acham encarregados pela quase totalidade dos moradores da dita colônia para representar e pedir* " e que, entre outras coisas aproveitam para queixar-se que " *as medições dos lotes foram feitas com excessivo vagar por um ferreiro; pela maior parte parecem erradas; muitos lotes ainda não são demarcados* " ²¹. Ou, então, como faz o francês Louis MICHEL, no seu já mencionado RELATÓRIO ²², do qual se vale para traçar um paralelo entre o que afirmam os " *prospectos que distribuem os agentes*

18

Ofício do Diretor ao PP, datado de 27.04.1863. AqBq-Pasta 1863.

19

Ofício do Diretor ao PP, datado de 18.08.1863. AqBq-Pasta 1863.

20

Ofício do Diretor, datado de 19.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

21

Ver nota 7

22

Ver nota 13

autorizados pelo Governo na Europa " e a realidade " que está bem longe destas promessas ". Outras vezes, eram petições assinadas por significativo número de colonos, vasadas nos mais respeitosos e humildes termos, como por exemplo, o abaixo assinado dos 22 alemães, datado de 20.10.1877²³, os quais, após informar que " tem trabalho de dia e de noite..., vem submisso e respeitosamente a V.Excia. requerer se digne lhes conceder o serviço de estrada na moda antiga ", isto é, na forma empreitada; ou, então, como o abaixo assinado de outros 19 alemães, datado de 29.01.1876²⁴, os quais, depois de dizer que o serviço nas estradas vinha se constituindo em meio para não morrer de fome, enquanto vinha sendo concedido, pedem " a V. Excia. humildemente conceder-nos..., se for possível, pelo menos por alguns meses, serviço de estrada". Outras vezes, vinham petições enfáticas, como a que está no abaixo assinado subscrito por 23 italianos ²⁵, que vale a pena transcrever na íntegra: " Os respeitosos Chefe-de-Família imediatamente neste dia de hoje querem saber que funesta Ordem tenha sido esta, de raptar-lhes seus produtos em curso; esta notícia tão infausta lhes impede de ir adiante sem contemplação de espécie alguma... E eis que tomaram a liberdade de dever expor à digníssima sua Pessoa que a este suplicio, não querem absolutamente submeter-se. E como sumo seu pesar deve explicar-lhes sua causa. Por este Governo foram chamados; Por S.M. Vittorio, e pelo Ministro das Relações Exteriores, obtiveram seu Passaporte Executivo, venderam todos os seus

23

AqBq-Pasta 1877. Dirigido ao PP.

24

Ver nota 6

25

Ver nota 17

haveres, e móveis de casa por baixo preço, liquidaram tudo por tantos cuidados para sustentar-se em delinquente viagem, depois julgando encontrar um melhor apoio perpétuo, as Colônias pouco domina a ociosidade (...) e eis que se vêem desiludidos de suas esperanças de não poder viver, e as mudanças sem firmeza que não são na verdade Infelicidade Mortal. Isto porém não são ordens governativas, mas serão dos homens em cargo aqui requerem absolutamente remédio, do contrário se deverá incessantemente conduzi-los a expensas do Governo onde seu destino a eles aventureiros os chamar. Cumprimentando-o respeitosamente".

Porém, a forma mais enfática de expressar todas as lutas ao redor do trabalho remunerado se dava no estar aqui. Como os "vinte e tantos colonos armados de cacetes (que) vieram à sede da Colônia (e) exigiram bruscamente na frente da casa da diretoria pagamento de serviços que fizeram nas estradas no interior da Colônia"²⁶; ou, então, como "o grande número... e os 200 mais que deveriam acudir em breve para os apoiar" na recusa de ver transformados certos dias de trabalho em descontos das suas dívidas para com o Governo Imperial²⁷. Ou, como aqueles "mais de 500 que vieram hoje" e se recusam a receber, pelos serviços de estradas, menos do que no mês anterior²⁸; e os entre "300 e 600 trabalhadores que vieram, ao lugar do pagamento viajando alguns deles, cerca de 40 km" para reclamar do "grande atraso dos pagamentos de salários ou jornais, que é de cerca de seis meses; do desconto de um dia de serviço em cada 15 dias de tra-

26

Ver nota 10

27

Ver nota 8, segundo documento.

28

Ver nota 9

balho; do dinheiro (do pagamento) em notas grandes, impossíveis de trocar na colônia²⁹.

Por outro lado, temos o comportamento das autoridades. Do Diretor, por exemplo, que mesmo reconhecendo todas as vantagens que a modalidade empreitada de executar os serviços de estrada oferecia, quando encaminha petição dos colonos para que tal modalidade permanecesse em vigor, pede ao Presidente da Província que "me autorize a fazê-lo conforme me pareça mais conveniente"³⁰, ou, finaliza assim: "compreende V. Excia. que transmitindo os ditos pedidos não tenho outra intenção que satisfazer as reclamações que são feitas pelos colonos"³¹. Reclamações, cujo atendimento demanda competente autorização. E, se não forem atendidas, podem provocar excessos, diante dos quais, outro Diretor vê-se na contingência de dizer que preciso "ressalvar minha responsabilidade"³². Essa postura de impotência para agir, fruto da constante dependência às *sábias determinações* das autoridades superiores quando se trata de atender aos mais reconhecidos reclamos dos colonos, contrasta, vivamente, com a independência e firme decisão de agir quando se trata de não atender o colono. E o caso do Diretor que se acha revestido da autoridade e competência legal para *desatender* o despacho do Presidente da Província que deferia requerimento dos colonos que solicitavam

29

Ofício da Diretoria da Colônia ao PP, datado de 13.12.1881. AqBu-P02-83/839.

30

Ofício ao PP, datado de 19.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

31

Ofício ao PP, datado de 20.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

32

Ofício ao PP, datado de 20.12.1879. AqBu-P02.81/811.

serviços nas obras públicas por mais alguns meses³³. E que contrasta mais vivamente com o Diretor, sempre pronto a identificar e punir *exemplarmente* aqueles que estão a "semeiar intrigas e calúnias gratuitas"³⁴; "prender, em nome da lei, os cabeças do motim... e puni-los com todo o rigor da Lei para que outros não fiquem animados a excessos rebeldes e não violem impunemente a tranqüilidade e segurança pública"³⁵. Ou, então, que vê a necessidade de processar ou pelo menos mandar vir à presença da autoridade e admoestar (os) sujeitos notariamente desordeiros³⁶. Contraste ainda maior com a atitude de quem sempre reclama FORÇA para fazer frente ao referido *estar aqui* dos colonos como forma de reivindicar o que julgavam de seu direito. E assim que ocorre em 1877, quando "vieram hoje em número superior a quinhentos" e o Diretor pede dramaticamente "força e brevemente;... é preciso força em número suficiente (para) o bem da ordem, o bem do presente, o bem do futuro desta Colônia"³⁷. E, anteriormente, diante da possibilidade de se dar "uma emergência muito grave", indaga: "mandando eu um respectivo telegrama a V. Excia., poderei contar com que sem demora venha um vapor com a força armada?"³⁸. Força armada que lhe foi enviada quando das já referi-

33

Ofício ao PP, datado de 04.02.1876 AqBq-Pasta 1876.

34

Ofício ao PP, datado de 29.01.1862. AqBq-Pasta 1862.

35

Ofício ao PP, datado de 25.11.1862. AqBq-Pasta 1862. Que é do mesmo teor do Ofício remetido ao Delegado de Polícia em 10.09.1865. AqBq-Pasta 1865.

36

Ofício ao PP datado de 01.04.1879. AqBu.P02.75/759.

37

Telegrama ao PP, datado de 16.11.1877. AqBq-Pasta 1877.

38

Anexo, "reservado" ao ofício dirigido ao PP, datado de 25.02.1876. AqBu-P02.57/572.

das " emergências muito graves " de 1881, pois: " Logo envieí uma tropa de 20 homens sob o comando de um oficial (e) ainda o chefe de polícia para que o mesmo possa informar-me pessoalmente sobre o que está ocorrendo e se necessário processar os culpados " ". Em suma, temos uma autoridade decidida e indepenente quando se trata de estar contra os colonos, em contraste com uma autoridade que posterga decisões, que precisa de autorização para atender o menor e mais justo pedido deles e que, nos momentos mais cruciais, quando *mais de 500* estavam aí; quando *outros 200* estão para se juntar; quando *de 300 a 600* de deslocaram, *alguns até 40Km* por razões que objetivamente aflingiam a todos, aponta para a existência de *cabeças*, de *líderes*, de *desordeiros* que devem ser punidos. Na realidade, uma atitude que deixa transparecer o velho entendimento de que o *povo* não sabe agir por si, mesmo quando o *povo* é que está aí. E mais, uma atitude que esconde a face real dos acontecimentos e materializa o entendimento de que ao trabalhador, sob qualquer forma, cabe trabalhar (e economizar); compreender e aceitar nas mais e as mais adversas condições.

Podia ser que, de fato, RUBE, SCHUCH, BRAUN e BECKER não gozassem da autorização dos demais colonos para " representá-los em uma acusação", como se defende o diretor⁴⁰, e que, portanto, estivessem falando apenas em seu próprio nome, a exemplo do francês MICHEL. Entretanto, não resta dúvida que, *enviando peti-*

39

Relatório do Presidente Desembargador João Rodrigues Chaves de 09.03.1882. In.: - DEEKE, José. O município de Blumenau e sua história de desenvolvimento. São Leopoldo, Ed. Rotermond, 1917. (Tradução manuscrita por EDITH SOPHIA EIMER, 1985. AqBu-sob no v-981-D-295m).

40

Ofício ao PP, datado de 29.01.1882. AqBq-Pasta 1862.

ções, ora vasadas em termos suaves, ora termos mais duros e ameaçadores; *estando aqui*, ora em pequeno, ora em grande número, os colonos tinham como pano de fundo os mesmos motivos e objetivos deles. E que, ao redor do trabalho nas estradas construíram o núcleo a partir do qual estabeleceram seu diálogo universal. Reclamando-o enquanto direto, iam dando conta de que os acontecimentos caminhavam por percursos diferentes dos que se lhes havia acenado. Querendo-o por uma questão de justiça e com justiça, iam dizendo dos sonhos desfeitos e da desesperança⁴¹ de quem fizera da partida o gesto mais radical contra toda a forma de injustiça que os infelicitavam na velha Pátria. E, lutar por justiça e contra a injustiça era a expressão de sua própria forma de ser, que aqui se (re)punha no mais imediato do trabalho nas estradas.

Pedindo para tê-lo e tê-lo da maneira que mais lhe convinha; pedindo e brigando para tê-lo melhor remunerado, pronta e corretamente pago, também, fizeram do trabalho remunerado o veículo para discutir, a seu modo, o próprio sistema imigratório/colonizador brasileiro. Nas petições, nas denúncias, nas queixas e no *estar aqui*, punham a questão de um sistema que fazia da propaganda das vantagens oferecidas, meio para atrair os braços para a lavoura de que o país precisava; aí estava colocada a de-

41

" Não saberá por acaso... que a gente na Europa foi enganada por agente sem consciência que lhes acenou com terras, casa, gado, ferramentas que receberiam gratuitamente?", perguntam Ferdinand KINDER e Alexandre GUTMANOWICZ, em artigo publicado no "Blumenauer Zeitung", de 31.01.1891 em resposta ao artigo de A. GERMER publicado no mesmo jornal em data de 24.01.1891, que fazia referências pouco abonadoras aos poloneses. AqBu-B0-D-Pasta D. 1-05.

corrente questão relativa as muitas ordens e contra-ordens⁴² que regulavam o maior ou menor fluxo de recursos financeiros destinados à Colônia; aí estava posta a questão que dizia respeito ao que se desejava com o empreendimento colonizador. Um diálogo que ganhava a melhor formulação com a ameaça de *voltar*, como a que aparece no abaixo assinado de 19.10.1877⁴³, nos seguintes termos: *"... portanto, todos nós fizemos esta pequena representação para dizer que se as coisas andarem como sempre andaram, nós estamos dispostos a permanecer no Brasil e, se se trata de fazer-nos padecer de fome, pedimos a graça de acompanhar-nos à terra onde estávamos"*.

Não era gratuita a ameaça. Sabiam do que estavam falando, pois, sabiam como o diretor que com a sua saída *" só resultará maior dispêndio de dinheiro e deplorável ruído dentro e fora de nosso país "*⁴⁴. Sabiam que, em se tratando de um empreendimento

42

" Enquanto numas épocas se desenvolveu com ânimo grande e às vezes quase impetuosa atividade, que nem sempre foi acompanhada da indispensável providência e assim não deu os resultados correspondentes; em outras épocas, de repente, foi seguido de quase completa desanimação e inatividade, que destruiu a continuidade, indispensável para um pleno sucesso, e fez perder muito trabalho e despesa, que de novo se tornaram preciso fazer, quando em época ulterior se tornou a fomentar a imigração e a colonização". BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE AS DIFICULDADES COM QUE NO BRASIL LUTA A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO E QUE EM PRIMEIRO LUGAR PARECEM IMPEDIR OU PROCRASTINAR SEU DESENVOLVIMENTO E SATISFATÓRIO PROGRESSO, de autoria do Dr. Blumenau. Colônia Blumenau, 11.07.1870. AqBu-PO2.36/366.

43

Com 36 assinaturas. AqBq-Pasta 1877. Antes, escreviam assim: *" para não se apoderar também desta colônia este fatal espírito de desânimo e descontentamento que fez sair antes os irlandeses e ingleses e agora toda a população polaca, estamos nós firmes para ficar, se nos restarem os meios absolutos para podermos viver aqui nós e nossos filhos"*, dizem 106 colonos alemães, em abaixo assinado de 14.08.1871. AqBq-Pasta 1871.

44

Ofício do Diretor ao PP, datado de 20.12.1879. AqBu-PO2.81/811

baseado na propaganda, não se podia admitir a propaganda negativa, sobretudo, a mais contundente, aquela que mais visivelmente expunha os erros, as fragilidades e o fracasso. E consoante o espírito que animava tudo, um empreendimento⁴⁵, não podia correr à base de " maior dispêndio de dinheiro ".

Mas, acima de tudo o trabalho nas obras públicas era reclamado enquanto meio para suprir as necessidades mais imediatas, enquanto única forma que dispunham para dar conta da existência material quando, ainda, outras possibilidades não tinham sido postas. E não eram postas justamente porque, muitas vezes, corria um longo período entre a chegada à colônia e à ocupação do lote de terras. Outras vezes, o que acontecia era a chegada à colônia já fora da época propícia ao preparo e cultivo da terra. Ainda, era preciso buscar a sobrevivência nos trabalhos de estradas quando ocorria algum contratempo com a lavoura ou, o terreno infértil e montanhoso não produzia o suficiente para o próprio sustento. Foi porque *" aqui nós estamos impossibilitados de subsistir em razão da geada e da falta de chuva (que) destruíram todas as nossas plantações "* que os lombardos da localidade de Riachuelo pediram para que a diária nos serviços públicos passasse de mil e quinhentos para dois mil réis⁴⁶. Geada e seca que se não tivessem ocorrido eles *" já teriam colhido todo o milho*

45

Para se ter uma idéia, do empreendimento veja-se: *" Os direitos gerais, provinciais e municipais, com que esta colônia contribui direta e indiretamente para as despesas públicas, passaram no ano civil de 1869, segundo os dados e algarismos mais positivos e seguros, além de 35 contos de réis, o que, a seis por cento, representa os juros de um capital de 550 contos de réis "*. AqBu-P02.41/413. Carta do Diretor, endereçada ao Imperador D. Pedro I. 1871.

46

Abaixo-assinado, datado de 13.12.1879. AqBu-P02.79/793.

necessário para a sua polenta ", informa do Diretor⁴⁷. Foi por causa da infertilidade do solo que outros colonos, da Colônia Brusque, se viram diante da impossibilidade de *" sustentar suas numerosas famílias "* sem os serviços de estrada que lhe rendia pagamento mensal⁴⁸.

Certamente, muitos para cá vieram impelidos, de imediato, pelo fato de na Velha Pátria já não encontrarem até mesmo as mínimas condições de sobrevivência. Mas, todos, com certeza, trouxeram mais do que a esperança de não morrer de fome. Todos, sem exceção, traziam o sonho da prosperidade. Por isso a terra era o seu destino⁴⁹. Por isso o trabalho renumerado era passageiro e deveria durar enquanto não fossem postas as condições para fazer a terra produzir, e do produto da terra meio de prosperidade. Nessa perspectiva é que ganha sentido a firme decisão de querer o trabalho nas estradas na modalidade de empreitada. Se tivessem que trabalhar por dia, serem pagos pelos dias efetivamente trabalhados, cada um *" para ganhar Rs 30\$000 há de trabalhar quinze jornais (e isto) é grande perda de tempo para um lavrador"*⁵⁰. Tempo demais, sobretudo para quem tinha tanto a fazer na sua parte de terra. E, dinheiro de menos para quem tinha tantas di-

47

Ofício ao PP, datado de 20.12.1879. AqBu-P02.81/811. A geada que destruiu as plantações é invocada para justificar pedido de trabalho nas estradas e *" suprir as mais urgentes necessidades "*, também em abaixo-assinado datado de 29.01.1876. AqBq-Pasta 1876.

48

Abaixo assinado, datado de 22.10.1877, 18 assinaturas, AqBq-Pasta 1877. No mesmo teor o abaixo assinado de 20.10.1877, 22 assinaturas. AqBq-Pasta 1877.

49

"... só depois buscar auxílios nos serviços públicos, termina um abaixo assinado de 1863. AqBq-Pasta 1863.

50

Abaixo-assinado, datado de 20.10.1877. AqBq-Pasta 1877.

vidas a saldar. Fica, assim, que para o colono o trabalho nas estradas corria por um sinuoso caminho - o caminho da necessidade de tê-lo enquanto meio para dar conta de tantas necessidades, à necessidade de livrar-se dele para poder trabalhar mais intensamente na terra, esta sim, meio de progresso e de realização da tão sonhada independência.

Não era fortuito esse caminho sinuoso. Era necessário e decorrente da lógica que perpassava tudo o que acontecia. Lógica que fazia do trabalho remunerado, do trabalho nas estradas o meio mais direto e imediato para se reaver tudo quanto se fizera de gastos com a vinda dos colonos. Lógica que fazia da introdução, em si, dos colonos um investimento que deveria se pagar direta e imediatamente. E nessa direção que caminham as determinações legais e ordens que foram: 1) transformando subsídios pecuniários diretos em serviços públicos⁵¹; 2) determinando o fim da forma empreitada de realizar os serviços; 3) orientando as tentativas de transformar dias de serviço em abatimento de dívida com o Governo. Todos, no limite, mecanismos utilizados para fazer do trabalho nas estradas a *poupança* voltada a saldar as dívidas contraídas. Para se ter uma amostra, basta olhar o RELATÓRIO ANUAL da Colônia Brusque relativo ao ano de 1875⁵². Nele encontramos que, neste ano foram amortizados Rs 26:899\$250 da dívida total dos colonos " *com serviços de estrada* ". Dívida que

51

" A Circular de 10 de novembro de 1865 assinada por V. Excia. Declara que em conformidades com o Aviso de 6 do corrente do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas a nenhum colono serão prestados doravante subsídios pecuniários, mas sim, serviços em obras públicas". Ofício do Diretor ao PP, datado de 13.11.1865. AqBq-Pasta 1865.

52

Datado de 21.01.1876. AqBq-Pasta 1876.

englobava os mais diversos itens e que alcançava a importância de rs. 73:043\$257. Portanto, num ano, só com serviço de estrada, foram pagos 36% da dívida que até aí restava. Se tivermos presente que, segundo o mesmo relatório naquele ano a população total era de 4.568 habitantes agrupados em torno de 851 famílias, temos que, em média, cada família pagou a importância equivalente a Rs. 31\$601 da sua dívida média (de Rs 85\$832), o que equivale a 21 dias de serviço ao preço de Rs 1\$500 por dia. Esses 21 dias de serviço correspondem a 23% dos 90 dias de trabalho " por semestre que, a cada adulto podia ser atribuído nos primeiros seis meses após a chegada"³.

Por esses mecanismos, o Estado, que era o grande investidor no empreendimento colonizador, muito rapidamente via reembolsada parcela significativa dos gastos realizados e, era essa rapidez de reembolso necessária para a continuidade do processo.

Mas, não eram apenas esses benefícios de retorno imediato que os serviços públicos proporcionavam. E, de acordo com o espírito que animava o próprio empreendimento colonizador, nem eram os mais desejados. O que mais se buscava, embora num prazo mais longo, eram os benefícios indiretos. E estes apareciam de imediato nos caminhos e boeiros, nas estradas e pontes que iam sendo abertos e construídos. E isto era o que mais se esperava ao oportunizar trabalhos públicos aos colonos. Tal era a sua importância, isto é, tal era a importância dos caminhos e estradas que, se correremos olhos nos orçamentos e balancetes de despesas das colônias, o item VIAS DE COMUNICAÇÃO é, de longe, o melhor

contemplado em verbas. Por exemplo, no período 1860-1866 as Colônias Blumenau e Brusque, juntas absorveram a importância total Rs. 491:993\$526, dos quais, Rs. 222:438\$000, portanto 45%, foram gastos no item VIAS DE COMUNICAÇÃO⁵⁴.

Caminhos e boeiros, estradas e pontes eram a materialização primeira e fundamental, da qual haveria de derivar a segunda ordem de benefícios indiretos - o cultivo da terra, a produção de gêneros e a circulação de mercadorias, ainda que no seu início, muito marcada pela forma de troca simples⁵⁵.

Se isto estiver presente, o mencionado "caminho sinuoso" que o colono percorreu em função do trabalho nas estradas, incorpora mais um elemento para colocá-lo na mais reta direção do que se esperava com tudo o que se fazia e em tudo o que acontecia no Vale. A sinuosidade é, então, apenas aparente. Assim é que trabalhos públicos e trabalhos na lavoura, à parte os problemas de como gerenciá-los, formavam apenas desdobramento de ações que visavam ao mesmo fim. E disto nos dá conta o Diretor:

"Quanto diz respeito aos demais serviços, obras e trabalhos, cumpre-me repetir, o que já por diferentes vezes acentuei e é, que para ativar e adiantá-los conveniente e economicamente é sem prejuízo para produção agrícola da população, cumpre aproveitar-se com a máxima energia a presente estação até meados de julho, nos quais costuma principiar as chuvas de inverno a ao mes-

54

MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AS SEGUINTE COLONIAS DESDE A SUA CRIAÇÃO ATE O FINAL DE 1866; REPARTIDAS POR VERBAS. AqBu-P02.28/283.

55

Já vimos que no ano de 1869, a Colônia Blumenau, por exemplo, contribuiu para as despesas públicas com a importância de mais de 35 contos de réis provenientes de direitos gerais, provinciais e municipais. Cf. nota 45.

no tempo os colonos e operários já estabelecidos devem principiar e continuar até fins de outubro em cuidar de suas sementes e serviços de lavoura⁵⁶.

Aqueles homens e mulheres fizeram do trabalho nas estradas uma questão de direito, de justiça e de necessidade. Por ele perderam. Em nome dele exigiram, ameaçaram e brigaram. Em torno dele disseram de si e do mundo. Com ele pagaram dividas. Mas, sobretudo, fizeram dele, ainda que sob as mais duras adversidades, o meio pelo qual marcaram sua presença no VALE, presença materializada nos cominhos e estradas, estes, a primeira e mais fundamental riqueza, a condição indispensável para realizar o sonho de prosperidade que o trabalho na lavoura haveria de concretizar. Tal, é que nos permite dizer que foi pelo trabalho remunerado que se construíram trabalhadores independentes.

5. TRABALHADOR DA ROÇA PARA CONSTRUIR SUA DEPENDENCIA.

Vieram movidos e aqui se moveram por esperanças que colocavam perspectivas para além dos limites da mera sobrevivência. Por isso, fizeram do trabalho imediatamente remunerado, realizado na construção de estradas, o meio de realizar a passagem para o trabalho no lote de terra, na produção agrícola. E, nela, trabalharam sob a direção do mesmo espírito que os guiara naquela forma de trabalho e que aqui se fazia presente desde a sua origem.

Já sabemos que a chamada Lei de terras de 1850 fixava a compra e venda como a única forma que garantia a propriedade da terra e, por consequência - a) fazia-se da terra, que naquelas circunstâncias históricas ainda era o meio fundamental de trabalho, um objeto de comércio, apesar de ser vendida a um preço significativamente baixo¹; b) punha-se a propriedade privada como elemento que definia, na base, a característica do trabalho que nela se desenvolvia, cuja presença se fazia sentir nos mais

1

" no tocante aos preços, por exemplo, pela vasta documentação que consultamos, verifica-se que na Colônia Itajaí Príncipe D. Pedro foram fixados de 1875 a 1882 somente dois preços: 3 réis a braça quadrada (4,84m²) para os lotes rurais e 8 réis a braça quadrada para os lotes urbanos. Deve-se notar que são preços muito baixos se se considerar que, em 1878, uma dúzia de ovos custava de 120 a 240 réis. O preço, portanto, de um ovo equivalia a 16 ou 32m² de terra. Na Colônia Blumenau, porém, o Diretor valeu-se de sua prerrogativa de estabelecer os preços em conformidade com a qualidade dos terrenos e, para os lotes rurais, fixou preços que variavam entre 2 e 5 réis a braça quadrada". Cf. GROSSELLI, R. M. op. cit. 353. A prerrogativa dada ao Diretor para fixar os preços dos lotes constava do art. 4º do Decreto nº 3.784, de 19.01.1867 e, de acordo com o art. 5º podia variar de 2 a 8 réis a braça quadrada para os lotes rurais e de 10 a 60 réis para os lotes urbanos. (Decreto em AqBu-P02.29/291).

diferentes modos.

Foi nessa base que se construiu o entendimento de que " se a terra deve por mim ser comprada, como condição para que eu possa cultivá-la e isto enquanto meio de produzir o meu sustento e minha prosperidade, deve, por mim ser possuída em todas as suas conseqüências, portanto, na forma e tamanho que a Lei dispõe e livre de qualquer impedimento jurídico ou moral que possa embaraçar seu cultivo". Os tempos eram outros e impunham pensar a terra livremente possuída para, livre e independentemente cultivá-la. Este era o pano de fundo que levava às constantes solicitações para que os lotes fossem demarcados com precisão, tal como revela o conjunto de oito ofícios remetidos ao Diretor da Colônia Brusque em abril e maio de 1863².

Neles encontramos que a incorreta demarcação dos lotes cria embaraços " pois estamos agora no derrubamento de nossas roças em incerteza ", dizem os colonos, o que significava a impossibilidade de dispor da terra livremente e, segundo o diretor, era motivo para colocar o colono no " risco odioso de entrar nas terras pertencentes ao vizinho ", risco que era preciso eliminar " antes de nascerem mais e maiores conflitos " ³. Era assim que, aqui, vinha se instalando o novo estatuto social cujo fundamento é o individualismo, presente, ainda, na preocupação de proteger para si o que se julgava seu. Não importava o que fosse. Fosse mudas de árvo-

2

AqBq-Pasta 1863.

3

AqBq-Pasta 1863. Ofícios do Diretor ao Presidente da província (=PP), pelo qual encaminha a tradução das referidas petições.

re, como faz saber CARL RUDIGER⁴ ou uma árvore, como informa FRIEDRICH ARNDT⁵, com o seguinte acréscimo: " da próxima vez usará arma de fogo ". Fossem , ainda , frutas , como é o caso de PAUL HERBERT Jr.⁶ , acompanhando o aviso de que " é terminantemente proibido pisar sua propriedade". Fossem batatas e outros gêneros , como nos dá a saber CARLOS MUELLER⁷ , acrescentando que " eu armei um laço com arma de disparo ".

Essa era a maneira mais imediata de como aqui se punha o resultado de um longo processo histórico que veio minando e destruindo as diversas formas da base coletiva de produção da existência. Esse é o contexto que dá significado histórico a atos pessoais como os que foram mencionados , uma vez que , dizem de um procedimento considerado socialmente legítimo e natural , tão natural , que é dado a conhecer pelo jornal. Tal é o significado que nos permite encontrar as mais imediatas manifestações de conteúdo capitalista onde as ações produtivas ainda não se dão nos contornos de um quadro claramente capitalista.

Era essa luz, *que tudo ilumina* , que se fazia presente e não permitia o desenvolvimento de formas coletivas de produção, uma vez que já minadas ou destruídas na Velha Pátria,

4

AqBu-Jornal "Blumenauer Zeitung" no 26, de 27.06.1885.

5

AqBu-Jornal "Blumenauer Zeitung" no 15, de 10.04.1886.

6

AqBu-Jornal "Blumenauer Zeitung" no 10, de 05.03.1887.

7

Jornal " Blumenauer Zeitung ", de 01.03.1891. (Todos, CAIXA BD-D. Tradução de Edith Sophia Eimer).

num processo que, como já vimos, foi compondo uma situação que acabou por colocar a necessidade de imigrar. O coletivo da propriedade dos meios de produção e das ações produtivas perdido ao longo do tempo, numa trajetória só de perdas, repunha-se na realização coletiva de atividades tais como as de construção e manutenção de escolas⁸ e igrejas⁹ e nas muitas sociedades culturais e esportivas que se desenvolveram por todo o Vale do Itajaí¹⁰.

8

Um estudo significativo das SOCIEDADES DE ESCOLA em termos da relação escola-comunidade é encontrado em SCHRAMM, Marli Maria. Das Funções da Associação de Pais e Professores num Estado Classista. Porto Alegre, UFRGS, 1986, mimeo. (Dissertação de Mestrado). Quanto ao desenvolvimento das escolas comunitárias e os serviços que prestavam ver, por exemplo : EMMENDOERFER, Ernesto. O ensino Particular em Blumenau. In.: - O Centenário de Blumenau. Blumenau, Livraria e Editora Blumenauense, Edição dos festejos, 1950. Eram escolas muito incentivadas pois " *prestam bons serviços com, proporcionalmente mui diminuta despesa da parte do Estado*", informa o Diretor da Colônia Blumenau em Ofício ao PP, datado de 06.11.1861 (AqBu-P02.40/404). A despesa do Estado consistia: a) um auxílio para a construção da casa de escola e b) uma importância mensal para auxiliar no pagamento do professor. (AqBu-P02.44/445 - AqBq-Pasta 1869, Ofício de 11.06.1869).

9

Disto são exemplos: 1) a construção da igreja católica de Rodeio, cuja história se encontra no " MATERIAL PARA A CRONICA DO CONVENTO DE RODEIO - redigido em alemão, atribuído ao Frei Estanislau SCHAETLE e traduzido para o português por ANNELIESE WILHELM, cujo manuscrito me foi cedido por ALESSIO BERRI, onde se lê: " *com a cooperação de todos os colonos em trabalho e dinheiro, em breve tempo a casa foi construída...*"; 2) a construção da igreja evangélica de Indaial, conforme consta na CRONICA DA PAROQUIA EVANGELICA LUTERANA DE INDAIAL 1889-1969, compilada por FRIEEDRICH GIERUS. Tipografia e Gráfica Blumenauense, Blumenau, 1969, na qual, à p. 13 se lê: "... os moradores de Indaial, da rua principal, Encano, Estrada das Areias, Polaquia, Rio Benedito até Arapongas Pequeno, Estradinha, Rio Mórto e uma parte dos moradores do MULDE se haviam unido para a construção da igreja sobre o terreno doado pelo Sr. Hosang".

10

" O papel de todas elas era integrar os membros da comunidade colonial, já que normalmente estavam dispersos pelas propriedades rurais". Cf. SEYFERT, G. A colonização... p. 91. Acerca dos clubes de caça e tiro ver: PETRY, Sueli M. V. Os Clubes de caça e tiro na região de Blumenau. Blumenau, Fundação " Casa Dr. Blumenau", 1982.

Num tempo em que a individualidade vinha constituindo a base a partir da qual se celebraria o contrato social, a cooperação passaria a assumir nova forma. Agora, cooperar, ser socialmente solidário, estar a serviço do bem comum passaria ser feito pela prestação, em proveito individual, de serviços comunitários. E o caso, por exemplo, dos que pretendem construir os mais variados tipos de moinhos. Para instalá-los, pedem o auxílio do governo, sempre justificado na direção do valor comunitário do seu empreendimento. E assim que age MAXIMILIANO von PRINTZ, para concluir a instalação do seu moinho de moer milho, no que é auxiliado pelo diretor¹¹, ao dizer o que o moinho "tem as dimensões suficientes para satisfazer uma parte considerável do que precisam de fubá os colonos vizinhos"; FREDERICO GREITE que, também, pede auxílio para construir um moinho de milho, segundo o Diretor¹² "alegando que na grande distância em que acham esses colonos (tirolezes) da respectiva sede e de qualquer outro engenho desta espécie, torna-se ele indispensável à sua subsistência"; MELCHIOR PETERMANN, para construir um engenho de açúcar e fábrica de aguardente, em cujo abono o Diretor¹³ informa que "proporcionará a todos os moradores colonos nesta região da margem esquerda do rio Itajal-Mirim, o benefício de aproveitarem para o bom progresso e manufatura das suas plantações desta espécie"; PHILLIPP LANGE e MATHIAS MUENNICH, que pedem auxílio para construir um engenho de farinha de

11

AqBq-Pasta 1864 - Ofício ao PP datado de 11.03.1864.

12

AqBq-Pasta 1876 - Ofício ao PP datado de 20.02.1876.

13

AqBq-Pasta 1863-Ofício ao PP datado de 29.06.1863.

mandioca, justificado em termos de que " serviria neste sentido de beneficio geral a todos os colonos nesta região ", conforme diz o diretor no último documento citado.

Mas , não era por filantropia que agiam os colonos. E disso sabia o diretor , como sabia, com certeza, que "... nos engenhos tinha exploração e seus donos para moer o milho e a mandioca e fazer açúcar , ficavam com a metade do que era trazido pelos pobres colonos " , conforme depõe T. G. , filha de colonos provenientes de Oldenburg¹⁴. E, não era por filantropia que se concediam os empréstimos, pois cobrava-se " juros de 8% ao ano, devendo a amortização principiar depois de terem passados seis meses " e, isto " a colonos distintos, seguros e abonados "¹⁵, ou, então, que fosse colono " trabalhador, ordeiro e respeitador das leis "¹⁶.

O entendimento de que a prestação de um serviço mediante uma correspondente contrapartida em favor pessoal constitua o novo nexos social fazia-se presente, ainda, em casos como o que é dado a conhecer por 22 colonos do Município de Tijucas Grande.

14

Cf. SEYFERT, G. op. cit. p. 70. Outros serviços eram prestados mediante determinada contrapartida, como por exemplo: " já se introduziu o acertado uso de se arar a terra por empreitada ou aluguel, recebendo o proprietário do arado, da grade, etc., com o competente gado de tiro sua paga de conformidade com a superfície da terra lavrada e variando, naturalmente, esta paga, segundo a qualidade do solo e outras circunstâncias concomitantes", conforme o diretor da Colônia Blumenau em Ofício ao PP, datado de 18.05.1874. (AqBu-PO2. 47/480).

15 AqBu-COLONIA BLUMENAU- Assuntos e verba de orçamento das suas despesas a providenciar nas disposições sobre a continuação dela - escrito pelo Dr. Blumenau, na Corte, em 27.01.1860.

16

AqBq-Pasta 1871- Ofício do diretor ao PP, datado de 18.09.1871, no qual se manifesta favorável ao empréstimo solicitado por JOHN COWN para construir um engenho de farinha de mandioca.

No abaixo-assinado dirigido ao diretor da colônia Brusque¹⁷ informam sua decisão de não pagar o imposto de mascate e a taxa sobre o tráfego de canoas, argumentando que " *vendem unicamente os gêneros que transportam... víveres necessários à subsistência dos colonos recém-chegados a um lugar por ora baldo de todos os recursos necessários às suas alimentações... tendo, sem dúvida, em vista beneficiar ao colono consumidor* ".

Se a terra precisava ser possuída, na plenitude da marca de um certo tempo, também, precisava ser trabalhada. Primeiramente, na perspectiva de dar conta das necessidades mais imediatas. Mas, não só. Sobretudo, precisava ser trabalhada na direção da prosperidade, esta, sim, a resposta mais contundente à injustiça, às privações e a miséria que os afligiam na Velha Pátria no dobrar do sino que anunciava um novo tempo, que marcava um novo compasso no ritmo de tratar a terra. Isto presente, faz entender a ausência de filantropia nos pedidos de financiamento para a construção dos mais variados tipos de engenhos.

Financiados ou não os engenhos iam se multiplicando. Assim, por exemplo, na Colônia Blumenau, ENGENHOS DE AÇUCAR DE MADEIRA, eram 50 em 1861; 80 em 1870; 154 em 1880; ALAMBIQUES, eram 51 em 1861; 68 em 1870; 143 em 1880; ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA DE MADEIRA, eram 47 em 1861; 70 em 1870; 142 em 1880; ENGENHOS PARA MOER GRAOS MOVIDOS A AGUA, eram 2 em 1861; 14 em 1870; 17 em 1880, conforme encontramos em HILLESHEIM¹⁸ que analisa os

17

AqBq-Pasta 1877 - datado de 11.07.1877.

18

HILLESHEIM, Anselmo Antonio. O crescimento do mercado interno numa colônia do império - o caso de Blumenau 1850-1880. Florianópolis, UFSC, 1979 mimeo. (Dissertação de Mestrado), p. 26, TABELA 1-10 - Estabelecimentos Rurais e Industriais.

mapas estatísticos da Colônia de 1861 a 1880.

Ainda que no quadro de uma indústria doméstica num contexto de uma economia fundamentalmente agrária, os engenhos aparecem, na realidade, como o fator fundamental de uma atividade produtiva que aponta para além dos limites do meramente indispensável, uma vez que, de fato, materializam processos, ainda que pouco desenvolvidos, de transformação dos produtos da terra. E, a existência dessa possibilidade colocava para aqueles que os possuíam, a oportunidade de fazer deles um serviço particular com características comunitárias e, para aqueles que não os possuíam, ainda que sob o peso de um custo muito elevado, a oportunidade de entrar no circuito da transformação. Sabiam todos, que a existência dessa possibilidade era, em grande parte, a medida para o tanto de trabalho a ser dispendido diretamente na terra. Todos sabiam o limite do ciclo natural do pé de mandioca, de cana e de milho e que, esses limites podiam ser alargados na medida em que a cana, a mandioca e o milho pudessem ser transformados, enquanto tais, em farinha, em fubá, em açúcar e aguardente. São justamente essas outras formas transformadas que põem as condições de estarem potencialmente à disposição para suprir necessidades alheias, portanto, em condições de ir ao mercado, de ser comercializadas, mesmo que marcadamente à base de troca simples. A velha forma de ser, de viver e de trabalhar, mesmo resistindo, estava em processo de extinção e o novo vinha se pondo, ainda que sob o manto de muitas velhas formas.

Era na direção do novo que os colonos, já na reunião de fundação da SOCIEDADE DE CULTURA, fixavam como primeiro tema, da primeira reunião ordinária a " discussão sobre qual a cultura

que para a nossa situação traz as maiores vantagens "1".

Essa, podia ser o fumo que, segundo o Relatório Anual²⁰ apresentado pelo Presidente da SOCIEDADE em 14.08.1864, foi "um tema geral, abordado em cada reunião e debatido em todos os seus detalhes (e que) levaria a um grande sucesso, se tratada com atenção pelos colonos no interior (e que mereceu a decisão de) entregar o controle e a observação a uma Comissão que teria que apresentar relatório completo sobre o que foi observado ". Se, a leitura das Atas da SOCIEDADE informa que, de fato, a atenção foi dispensada, uma vez que, por exemplo, na reunião de 13.09.1863 foi decidido que se deveria espalhar serragem misturada com alcatrão ou fuligem para proteger as mundas contra a ação nociva das lesmas, HILLESHEIM, informa dos resultados obtidos no período 1861-1880. Os 645 kg. colhidos em 1860 aumentaram para 14.600 kg. em 1880, registrando no período um crescimento anual da ordem de 113,87%²¹. E isto do fumo, uma cultura que, sabidamente, não pode ser contada entre as que são fundamentais para a sobrevivência humana. Dai, que é

19

AqBu-ASS.3/02- " CULTURVEREIN " - atas de reuniões 1863-1864. KILLIAN, Frederico. A " Culturverein ". Blumenau em Cader-
nos. Blumenau. TOMO II, nº 4, abr. 1959, p. 66-67

TOMO II, nº 5, mai. 1959, p. 87-89

TOMO IV, nº 1, jan. 1961, p. 15-16. A SOCIEDADE foi fundada em 19.07.1863, com a finalidade de " fomentar a agricultura, bem como elevar o nível social, moral e científico da Colônia Blumenau", conforme consta no art. 1º dos Estatutos aprovados na reunião de 13.12.1863.

20

Anexo às Atas de reuniões 1863-1864.

21

HILLESHEIM, op. cit. p. 16 - TABELA 1-3 - PRODUÇÃO DE GENE-
ROS ESCOLHIDOS 1860-1880; p. 37 - TABELA 1-14 - PRODUTOS AGRICO-
LAS EM KG.

constantemente referido como produto de exportação. Um exemplo, é o ofício que o diretor da colônia Brusque dirige ao Ministro da Agricultura em 06.02.1865²², onde ficamos sabendo que os colonos sofrem exploração dos comerciantes locais que pagam " *preço muito inferior ao merecimento* " desse que é o " *primo e único produto de exportação da Colônia* ", exploração que desestimula os colonos de continuarem nessa atividade e, para que isto não se agrave, é preciso facilitar a exportação, única forma de " *proteger o progresso da Colônia* " através da construção de uma via terrestre até o porto de mar na Vila de Itajaí. Exportação não só referida mas, também, efetuada como se verifica nos dados melhor disponíveis na Colônia Blumenau onde, no período 1863-1880 o fumo só não foi encontrado em três anos (1871, 1875 e 1876) entre os produtos exportados²³.

Podia ser milho a cultura que traria as maiores vantagens, esta sim, fundamental para a sobrevivência humana, seja pelas múltiplas formas de consumo direto, seja pela fundamental importância para a criação e engorda de animais domésticos²⁴. A discussão acerca dos cuidados para o seu melhor cultivo esteve presente nas reuniões da SOCIEDADE DE CULTURA, como por exemplo, na de 11.10.1863, na qual foi constituída uma Comissão para acompanhar e relatar acerca dos resultados obtidos; na reunião de 14.02.1864, onde se decidiu pela importação de novas sementes

22

AqBq-Pasta 1865.

23

HILLESHEIM, op. cit. p. 21 - TABELA I-7 Variedade de Produtos Exportados.

24

Mesmo assim, milho e farinha de milho são exportados. HILLESHEIM, na TABELA acima referida, indica sua presença na pauta de exportação em 6 dos 18 anos tomados em conta.

da América do Norte e da Europa. O resultado foi que, as 27.300 mãos colhidas em 1860 passaram para 123.450 em 1865 e chegaram a 276.000 em 1874²⁵. Podia ser que as maiores vantagens estariam no cultivo daaipim e da mandioca que, a exemplo, do milho, se prestavam a múltiplos usos domésticos. Deles, a SOCIEDADE DE CULTURA também cuidou, como por exemplo, na reunião de 12.06.1864, onde foram discutidas providências para evitar que as raízes apodrecessem. Os resultados podem ser vistos melhor na produção de farinha de mandioca que, passou de 1.430 alqueires produzidos em 1860, para 12.880 alqueires em 1870²⁶ em razão do que, fazia parte constante da pauta dos produtos exportados²⁷.

A cultura que melhor respondia àquelas circunstâncias, podia ser a cana de açúcar que, além de servir para alimentar os animais domésticos era a base da produção de açúcar e aguardente, sendo que do primeiro, foram produzidos 52.500 kg em 1861 e 346.720 kg em 1880, período que registrou um crescimento anual da ordem de 29,50%²⁸. Da segunda, foram produzidas 17.400 medidas em 1860 as quais passaram para 70.200 em 1870²⁹. Ou, então, podia ser a araruta³⁰ que, de acordo com o relatório apresentado

25

HILLESHEIM, op. cit. p. 70-73, ANEXO 1-PRODUÇÃO COLONIA BLUMENAU.

26

Ibidem, p. 70-73.

27

Ibidem, p. 21. TABELA 1-7- VARIEDADE DE PRODUTOS EXPORTADOS.

28

Ibidem, p. 37. TABELA 1-14- PRODUTOS AGRICOLAS EM KG.

29

Ibidem, p. 70-73, ANEXO 1...

30

EM HILLESHEIM, op. cit. Encontramos os seguintes dados: a) produção: 50 arrobas em 1861; 498 arrobas em 1870; 18.000 quilos em 1880, cf. ANEXO 1, p. 70-73; b) exportação - a araruta consta entre os itens exportados em 13 dos 18 anos considerados, cf. TABELA 1-7, p. 21.

pelo Dr. EBERHARDT na reunião de 17.01.1864 da SOCIEDADE, aparecia como o tubérculo que apresentava a mais alta porcentagem de amido (=20%), razão que a fazia ser discutida na perspectiva de um produto de exportação, mesmo sabendo que " *isso somente poderia ser feito, com vantagem, por meio de produção em estabelecimento fabril*". Podia ser o feijão, cuja produção passou de 404 alqueires em 1860 para 1.205 alqueires em 1870 e alcançou 2.320 hectolitros em 1880³¹ e que vai aparecer na pauta de exportação a partir de 1877³². Ou, então, podia ser o plantio de algodão e a criação do bicho-da-seda o que melhor respondia às necessidades.

O primeiro, no que diz respeito aos cuidados requeridos para seu cultivo foi assunto, por exemplo, da reunião da SOCIEDADE DE CULTURA realizada em 13.03.1864 e, no que diz respeito ao seu aproveitamento industrial na reunião de 13.10.1867, na qual foi decidida a compra de uma máquina de fiar com as respectivas cardas. O segundo foi assunto da reunião da SOCIEDADE realizada em 02.12.1866 e na reunião de 13.01.1867, oportunidade em que se decidiu " *conceder ao Sr. LABES, um empréstimo de cinquenta mil réis, sem juros, ao prazo de dois anos, para incentivar energicamente* " sua cultura. Também, foi assunto de uma petição encaminhada por 431 colonos italianos e tirolleses da Colônia Brusque, como nos informa o diretor, em Ofício remetido ao

31

HILLESHEIM, op. cit. p. 70-73-ANEXO 1.

32

Ibidem. TABELA I-7, p. 21. Nas reuniões da SOCIEDADE DE CULTURA o feijão foi assunto em 08.11.1863, quando foram distribuídas qualidades diversas de sementes, sempre, para experimentos e posterior relato.

Ministro da Agricultura em 01.09.1879³³. Por ele, sabemos que os colonos pedem ao Governo Imperial a concessão de 200.000 mudas de amoreira " a fim de serem por eles plantadas, mais tarde ou no tempo devido o gêrmem do " animalculo " (sic), que alimentado pelas folhas daquela árvore produz o suco setífero e que em grande parte abunda nos principais mercados europeus ". Trata-se, ainda, segundo o diretor, de uma atividade que se reveste do status de " elemento salvador da imigração italiana; fonte certa de riqueza para esta Província, até hoje sem indústria preponderante, que lhe garanta o futuro de que é digna ", por isso, os colonos, que desde sua Pátria a conhecem perfeitamente " representam um capital moral que o Estado deve aproveitar para fazer nascer aqui a mesma indústria com todas as probabilidades de um êxito feliz ". Tanto deveria ser incentivada porque se travava de uma atividade que não impedia os colonos de " cumulativamente cuidarem da cultura dos cereais, pois para isso contam com o auxílio de suas famílias e o tempo de lazer a eles próprios reservado pelas atuais ocupações ". Finalmente, diz claramente da direção que se pretendia imprimir aos trabalhos: ainda que a lavoura em geral fosse desejada e devesse ser incentivada, " forçoso é contarem os colonos de outra coisa, que assegure novos recursos, e assim lhe alimente a esperança de maior felicidade, sustentando a energia que deve haver no trabalho ".

Mas, podia ser que as maiores vantagens seriam encontradas na criação de animais domésticos, razão de ser assunto constante nos debates da SOCIEDADE DE CULTURA, como por exemplo, nos rea-

lizadas em 13.12.1863, 14.02.1864, 08.07.1866 e 13.10.1867, tendo sido decidido, na última "adquirir dois touros, um da raça "Oldenburg" e outro da raça "Algfuer" e solicitar, por intermédio do Dr. Blumenau, junto ao Governo Imperial, a compra dos mesmos". Tanta era a preocupação com o gado, que, na reunião de 14.10.1866 foi proposta a importação de sementes de grama e capim dos Estados Plantinos, mais resistentes à geada. Cuidados como esses fizeram com que as cabeças de gado que eram 2.451 em 1861, passassem para 36.068 em 1870 e chegassem a 131.747 no ano de 1880³⁴, o que implicou numa produção de manteiga da ordem de 3.180 kg em 1861, que alcançou 114.240 kg em 1880, correspondendo um crescimento anual de 183,08% no período³⁵, colocando-a entre os produtos animais permanentemente exportados, ao lado da banha, do toucinho e dos couros³⁶.

Podemos, então, dizer que a terra era cultivada tendo por referência o novo. E, como o ato de emigrar tinha sido, em boa medida, determinado pelo impacto que as novas formas de produzir - mesmo que pudessem ser reais em regiões diferentes das suas ou em outros países -, causaram sobre as suas arcaicas técnicas agrícolas, aqui não queriam ver repetido o mesmo fato. A terra, não mais mereceria apenas veneração, a eterna veneração atribuída ao colono. Mais do que isto, a terra merecia ser tratada com *método e inteligência*. Daí porque tanto se discutia sobre a melhor maneira de se cultivar os mais variados produtos; daí por-

34

HILLESHEIM, op. cit. p. 19 - TABELA I-5-CABEÇAS DE GADO 1861-1880.

35

Ibidem, p. 37 - TABELA I-14. PRODUTOS AGRICOLAS EM KG.

36

Ibidem, p. 20 - TABELA I-6. PRODUTOS ANIMAIS EXPORTADOS.

que as experiências mais diversas, as tentativas mais cuidadosas. Não era, portanto, a reposição simples, em nova geografia, dos saudosos lugarejos deixados na Velha Pátria. O mundo era posto como limite, ainda que sob aparência de uma produção simples, para simplesmente dar conta do mais imediato da vida.

Produção que não era tão simples assim, se tivermos presente as exposições agropecuárias que se realizavam, como as da Colônia Brusque nos anos de 1872, 1873 e 1875³⁷, às quais outras se seguiram, pelo que podemos deduzir das *INSTRUÇÕES PARA DISTRIBUIÇÃO DE PREMÍOS AOS PRODUTORES DE FUMO, NAS EXPOSIÇÕES ANUAIS QUE SE FIZEREM NAS COLÔNIAS ITAJAI E PRÍNCIPE D. PEDRO*³⁸. Na Colônia Blumenau, sabemos que a SOCIEDADE DE CULTURA tratou da organização de uma exposição nas reuniões de 13.05 e 10.06.1866, mas, sobretudo, sabemos por Ofício do Diretor ao Secretário do Governo que "à Colônia a meu cargo ficaram conferidos diferentes prêmios pelo Júri de Qualificação da Exposição Internacional de Philadelphia e pelo Júri da Quarta Exposição Nacional da Corte"³⁹. Eram exposições promovidas e das quais se participava na lógica do espírito desse novo tempo, à medida que estimulava a competição entre os colonos; como que dizer que, em se aplicando com afinho e inteligência os resultados não tardarão por se manifestar e que, quem expõe, expõe para ser visto, imitado e admirado pelos outros e, mais, expõe para dizer que se tem algo à disposição para satisfazer necessidades alheias, às vezes, de alguém muito distante.

37

CABRAL, O. R. op. cit. p. 321- 324.

38

AqBq-Pasta 1876 - datadas de 09.05.1876.

39

AqBu-P02.68/690, datado de 13.04.1878.

Método e inteligência formavam a parte mais visível do trabalho agrícola que se desenvolvia no Vale. E, visivelmente, os resultados apareciam no aumento da produção que, a cada ano incorporava novas áreas. Assim é que, na Colônia Blumenau, a área cultivada ocupada com plantações passou de 279,27 hectares em 1861, para 12.388,20 hectares em 1880, tendo sido registrado, no período, um crescimento da ordem de 228,43%, enquanto que a parte ocupada com pastos, que era de 290,40 hectares em 1861, passou para 6.737,94 hectares em 1880, com um crescimento anual de 116,85%⁴⁰. A expansão da área cultivada correspondia o aumento do número de proprietários rurais⁴¹ o que, por sua vez, implicava na multiplicação dos mais diferentes tipos de engenhos para beneficiamento de produtos agrícolas, seja porque eram o que melhor representavam a construção da independência, seja porque significavam a possibilidade ou a demonstração de que se dispunha de um produto que acenava para o mercado. O fato é que, os engenhos, aí incluídos os de açúcar, de aguardente, de farinha de mandioca, de arroz e de milho que eram 151 em 1861, passaram para 234 em 1870 e chegaram a 471 em 1880⁴².

Menos visível era todo o emaranhado de compromissos que ligava o colono à terra. Menos visível, mas não menos de acordo com o espírito que orientava a busca da melhor produtividade dos mais variados tipos de cultura. Quero referir a questão

40

HILLESHEIM, op. cit. p. 36- TABELA I-13 - AREA CULTIVADA EM HECTARES.

41

Ibidem, p. 59 - TABELA III-1, indica: 279 lavradores proprietários em 1861; 1.423, em 1870 e 2.948, em 1880.

42

Ibidem, p. 28 - TABELA I-10. ESTABELECIMENTOS RURAIS E INDUSTRIAIS.

subjacente ao custo, à forma e prazos de pagamento do lote de terra. No mais imediato, diz respeito ao já mencionado entendimento de que se fazia da colonização um empreendimento e que, por isso, deveria prever uma forma de recuperar aos cofres do Estado as quantias gastas com sua medição e a importância correspondente ao valor fixado em Lei. Sem entrar na discussão em torno da capacidade que os colonos tinham ou não para saldar suas dívidas, aí incluídas as que diziam respeito à compra da terra⁴³, quero ressaltar que, as modalidades e prazos de pagamento aliados ao fato de que, somente quando todas as dívidas tivessem sido pagas, é que o colono podia dispor plenamente do seu lote⁴⁴, na realidade formavam um conjunto de embaraços que acabavam por envolver o colono como que numa espécie de *cativeiro da terra*, na base do entendimento que a colonização era uma obra de trabalho.

43

A respeito da capacidade dos colonos para saldar suas dívidas ver: 1) HILLESHEIM, op. cit. p. 58-59; 2) GROSSELLI, op. cit. p. 348-49.

44

" Na hipótese de compra a prazo o colono não poderá sujeitar a ônus real de qualquer natureza que seja nem as terras, nem as benfeitorias nelas existentes, ficando umas e outras hipotecas à Fazenda nacional para pagamento de todas as quantias que dever ao Estado e das multas que incorrer", reza o art. 10 do Decreto nº 3.784, de 19.01.1867, razão para o Diretor da Colônia Blumenau fazer publicar um Edital, datado de 1870 (AqBu-P02-37/376), passado nos seguintes termos: " Consta à Diretoria desta colônia, que diversos lotes de terras, pertencentes ao mesmo estabelecimento e ainda sujeitos aos ônus, com que foram vendidos por conta do Governo Imperial, têm sido trocados, vendidos ou alienados parcial ou integralmente, sem que em tais transações hajam sido observadas as condições que as tornem legais... São, portanto, inteiramente nulas semelhantes transações, e quem nelas tiver empregado quaisquer quantias terá apenas o recurso de processar o vendedor por crime de estelionato". Na Colônia Brusque, pelo Ofício que o Diretor enviou ao PP, datado de 12.12.1871, ficamos sabendo da publicação de semelhante Edital. (AqBq-Pasta 1871).

Dificultando a saída e forçando, por consequência, a permanência na Colônia sempre restava a possibilidade de uma incorporação produtiva daquele que, mediante as mais variadas alegações, manifestava a intenção de partir - para outra Colônia dentro da mesma Província, para Colônias de outras Províncias ou para outros Países⁴⁵, ainda que o Dr. Blumenau advertisse que "*o homem retido contra a sua vontade numa colônia trabalharia com desgosto e não deixará de seu mau colono*"⁴⁶. Se o pagamento integral da dívida como condição para dispor livre e plenamente da terra representava, por um lado, a intenção de receber pelo que se havia vendido, por outro lado, se convertia em meio de forçar a realização da própria obra colonizadora. Assim, o primeiro objetivo só era chamado à tona na medida que se via ameaçada a realização do segundo e, é por onde se explica a "*generosidade e o realismo*" do Governo brasileiro diante da incapacidade dos colonos em saldar suas dívidas, de que nos fala GROSSELLI⁴⁷.

Se a intenção era evitar a especulação, o emaranhado de medidas acima referido só se justificava num contexto em que a terra era vendida a um preço muito baixo, justamente para fun-

45

"Tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. duas cartas mandadas da república Argentina para a colônia Itajaí. Estas cartas são circulares de um Dr. RUFENER que já anos antes exerceu o lugar de médico da colônia e hoje é Diretor de uma colônia Argentina, trata de seduzir colonos daqui para irem se estabelecer na dita república... manifestaram alguns colonos quererem vender tudo e irem à colônia de RUFENER, estes indivíduos não podem vender nada sem satisfazer suas dívidas com a Fazenda nacional". AqBq-Pasta 1871. Ofício do Diretor ao PP, datado de 17.02.1871.

46

AqBu-P02.27/273- ofício ao PP, datado de 12.06.1866.

47

GROSSELLI, op. cit. p. 349.

cionar como fator de atração dos braços que iriam cultivá-la. Mas, ser contra a especulação era, na realidade, tomar o rumo da contracorrente da lógica que animava os acontecimentos. Nesse sentido, nunca é demais recordar que, pela Lei de 1850 a terra havia sido transformada em objeto de comércio enquanto resposta que se dava no Brasil ao soprar dos primeiros ventos de um novo tempo em que a mercadoria vinha se erigindo à condição de novo nexos social. No curso dessa lógica os fatos atropelavam o Diretor que tomava as "medidas convenientes e praticamente realizáveis" para contê-la. O curso dos fatos era aquele que o mesmo Diretor continuava informando: "o mal da especulação já não está insignificante e antes bastante espalhado e há de se espalhar sempre mais". Não era sem razão, que assim se posicionava pois "se comprem (lotes de terra) para logo deixá-los jazer desabitados e até incultos, com grande incômodo e prejuízo dos demais colonos".

Mas não era só na questão da especulação com terra que os fatos atropelavam as intenções e determinações do Diretor. O mesmo se dava com a exploração da madeira, esse "cancro roedor das colônias" como é classificado pelo diretor da colônia Brusque, do qual tomamos uma série de Ofícios⁴⁸ como base da análise. Num deles, datado de 02.01.1871 informava que os especuladores de madeira "tratam de iludir o Governo dizendo que as terras que pedem são para estabelecimento agrícola, ocultando assim o fim para que as querem (que) é estabelecer serrarias, (os quais) tiram a madeira, não fazem nenhuma

48

AqBu-P02.70/704 - ofício ao PP, datado de 13.07.1878.

49

AqBq-Pasta 1871 e Pasta 1872.

plantação, ameaçam, maltratam e vilependiam o diretor que reclama providências das Autoridades policiais e elas não as dão e nem querem ficar mal com seus malungos...".e, em 18.02.1871 acrescenta que os madeireiros " não só estragam os matos nacionais como também as estradas, pontilhões e boeiros feitos à custa da Fazenda nacional, deixando os caminhos em estado deplorável, uma vez que a madeira é puxada constantemente pelas estradas " e que " as autoridades policiais no interesse de proteger os especuladores desmentem as reclamações do Diretor... que é chamado de visionário". Em 01.07.1871, reafirma: " os especuladores, pela sua impunidade procedem à sua vontade, com prejuízo do Estado e das Colônias... e se acontece tudo isso não é por culpa do Diretor". Em 12.07.1871, depois de repetir que os madeireiros são aventureiros, destruidores de matas e estradas, especuladores em grande escala, informa os motivos que impõem a necessidade de restringir esses fatos: " As Colônias do Estado são para a lavoura e não pra aqueles que querem fazer fortuna contra a disposição do regulamento". No ofício de 20. 10. 1871, depois de informar a retirada de poloneses para a Província do Paraná, segundo seu entender, devida, em parte, à ação nociva dos madeireiros, uma vez que os bois destes estravagavam as plantações daqueles, infantiza: " __ao meu ver nenhum colono poderá parar na colônia enquanto ali existirem as serrarias de madeira, que aumentam diariamente a entrada dos especuladores. Se o Governo Imperial entender mandar acabar com as ditas serrarias a colônia pode prosperar e ficar uma das melhores por ter todas as condições necessárias". Em 23.11.1871, revela o que considera a mais grave consequência da ação dos madeireiros - o fato de que - "muitos colonos pouco se ocupam na lavoura, quase

unicamente no corte de madeira, com prejuizo dos colonos lavradores". No officio de 14.03.1872, depois de apresentar um quadro geral da situação da colônia, onde *"os avisos, ordens ou instruções, quer partidas da capital do império, quer da presidência da Provincia são postas de lado"*, onde, ainda, se verifica que existem *"_uns colonos que ocupam lotes que não tem titulo provisório e deles tiram a madeira; outros que tiram a madeira em terrenos avulsos"*; depois de mais uma vez denunciar que as atividades dos madeireiros concorre *"para estragar as estradas colônias e desviar os melhores braços da lavoura"*, toma por base um AVISO DA DELEGACIA DE TERRAS PÚBLICAS, e propõem um elenco de medidas com o *"fim de por cobro aos abusos dos donos de engenho de serra"*. Chegou o mês de maio e tais medidas ainda não haviam sido aprovadas pelo Presidente da Provincia. E os abusos continuavam.³⁰ Insistente, no officio de 17.05.1872 transcreve o elenco de medidas e volta a solicitar sua aprovação.

Compreendia bem que era do seu posto fazer cumprir as leis, ordens e as determinações que regulassem a vida da colônia, protegessem a Fazenda Nacional, defendessem o patrimônio público, garantissem a tranqüilidade de cada um (evitando encontrar

50

Nos mapas estatísticos encontramos- EM BRUSQUE: 1869: 8 engenhos de serrar; produção de 6.000 dúzias de tábuas; exportação de madeira no valor aproximado de 72 contos de réis (AqBq-Pasta 1870); 1874: 20 engenhos de serrar; 24.000 dúzias de madeira serradas; exportação de madeira calculada em 120 contos de réis (AqBq-Pasta 1875). EM BLUMENAU- 1869- 18 engenhos; 9.500 dúzias de tabuado e pranchões e 40.000 palmos de madeiras de construção, tudo calculado em 119 contos de réis (AqBu-P02.35/351); em 1874: 29 engenhos; 14.500 dúzias de tabuado e pranchões e 41.000 metros correntes de madeiras de construção, tudo calculado em réis 198.500\$000 (AqBu-P02.50/502).

motivos para abandonar a colônia) e viabilizassem a prosperidade, com base no desenvolvimento da agricultura. Mas, não compreendia que os madeireiros, mais do que por desrespeito às autoridades, agiam por ordem de um tempo que contemplava o direito individual de procurar o meio que melhor lhe parecesse para atender seus interesses próprios e que, por essa mesma ordem, a prática iria desmentir o ideal da perfeita consonância dos múltiplos interesses particulares. Não compreendia, que na ordem em que as coisas deveriam acontecer a melhor forma de proteger a fazenda e o patrimônio público podia estar, justamente, na exploração agressiva de um produto que, naquelas circunstâncias representava a riqueza que, com maiores vantagens, podia ser posta em circulação e que, por isso mesmo, os estragos nas roças, nas estradas e nas matas deveriam ser entendidos como a contrapartida que se exigia, e, mais, o circular de uma tal riqueza era a face pública de uma atividade particular. Não compreendia, que a defesa constante da terra como fator de prosperidade não fechava a possibilidade de procurar - e na realidade, até desejar mais intensamente - , outras atividades que melhor atendessem àquela finalidade. Não compreendia, ainda, que a devastação agressiva⁵¹ das matas

51

A devastação das matas colocava-se como contra-ponto da ação metódica e inteligente e revelava a face agressiva das ações produtivas, da qual, não escapavam os indígenas. As muitas medidas tomadas para persegui-los, afugentá-los, castigá-los e até mesmo para civilizá-los tinham a mesma e única razão que, em síntese era: "sua presença, perigosa e permanente, não deixa nascer, entre os colonos, o sentimento de segurança, prejudicando do mais sério modo todos os interesses, previnindo contra o estabelecimento, nesta colônia, dos novos colonos que estão chegando ao porto de Itajal, ameaçando o futuro da colonização no Itajal superior e alto" Colônia Blumenau Relatório do ano de 1876 até o mês de novembro, datado de 15.01.1877 - AqBu-P02.62/625)

obedecia a ordem de um tempo que impunha o rompimento de todos os laços afetivos e morais que ligavam o trabalhador aos meios de trabalho, como não compreendia que os colonos reclamavam, sim, dos estragos que os madeireiros causavam mas, não reclamavam da exploração da madeira. Finalmente, não compreendia que os custos do progresso pudessem levar ao ponto de *"amanhã não ter pau para construção"* e que, algumas das suas preocupações levantavam questões para além do seu tempo, razão por que não compreendia que o chamavam de visionário.

Aquela face, já mencionada, da política imigratória que objetivava a criação de polos econômicos dinâmicos no interior do país aqui se fazia presente e encontrava no Dr. Blumenau seu melhor formulador, ao dizer da *"urgente necessidade de providenciar sobre um plano preciso sobre a continuação sistemática da colônia Blumenau"* e que suas *"disposições se estendam não só sobre o atual território da colônia Blumenau mas atinja as terras devolutas sitas nos rio Itajaí Grande e Mirim e seus afluentes, considerando-se assim, a região do Itajaí em geral núcleo de colonização sujeitas a idênticas regras e disposições"*⁵². Formulava assim, uma espécie de PROJETO GRANDE VALE que visava a integrar economicamente o litoral ao planalto, em cuja direção se deveria proceder uma exploração inicial com a finalidade de *"se construir um mapa exato daquela importante parte da Província e das partes adjacentes e finalmente abrir*

uma picada".⁵³

A ligação com os campos de acima da serra era considerada de vital importância e justificada com mais diversos argumentos, tais como: " para a Colônia a meu cargo... é questão vital do seu futuro e da sua expansão, e ela não menos interessa ao povo, que habita os campos e sertões... basta um exame de qualquer mapa da Província de Santa Catarina para se conhecer o extraordinário valor desta via de comunicação... por ligar os extensos planaltos de acima da serra com o próximo porto de mar - Itajaí - de maneira tão cômoda, tão fácil e econômica...", como faz o Dr. Blumenau⁵⁴. Ou então, é justificada como forma de dar vazão à pressão da " corrente de imigração italiana, que parece dirigir-se só para esta Colônia, onde os terrenos já escassam", uma vez que ao " explorar as fronteiras do Oeste, galgando a serra e abrindo estrada para os campos gerais... poderão ser acomodados muitos milhares de colonos que irão encontrar magnífico terreno, onde poderão ter lavoura mais aproximada à da Europa, já pelo mais fácil emprego do arado, já pela semelhança do clima", como faz o diretor da Colônia Brusque⁵⁵.

Mas , havia uma razão mais objetiva para se buscar

53

AqBu-P02.23/231 - Ofício ao Vice-PP, datado de 01.05.1864, no qual lembra, ainda, que " na contenta existente com a Província do Paraná sobre mútuos limites, este mapa não deixaria de ser um documento de peso".

54

AqBu-P02.23/238 - Ofício ao PP, datado de 22.07.1864 e AqBu.P02.55/552 - Apontamentos sobre diferentes e importantes negócios de imigração e colonização com especial aplicação às colônias Blumenau e Itajaí, pelo Dr. Blumenau, em novembro de 1875.

55

AqBq-Pasta 1876 - Ofício ao Ministro da Agricultura, datado de 25.11.1876.

a ligação com o planalto. E é de novo o Dr. Blumenau quem a formula, nos seguintes termos: "... O comércio se desenvolverá consideravelmente - sal, açúcar, aguardente, fazendas , etc., para a serra , e couros , charque , lã, sebo, queijo , gado em pé e mate vindo dela; o colono permutará seu açúcar , aguardente , café , etc. contra o gado cavalar , bovino , ovino e suíno serrano e este, pelo rebaixamento do preço do sal , duplicará em breve sua produção , exportando também o mate que não pode suportar a despesa enorme e improporcional ao seu valor mercantil, do frete atual. Esta estrada terá influência imensa sobre a futura prosperidade de muitas dezenas de habitantes, criando nova vida em vastíssimo raio e é por esta razão que desde mais de um quarto de século não tenho descasado nem jamais deixarei de pugnar por sua construção"⁵⁶.

Assim, o comércio de produtos coloniais acaba sendo objetivamente revelado como a razão fundamental que justifica os já mencionados vultosos gastos feitos na construção de VIAS DE COMUNICAÇÃO: eram picadas , caminhos e estradas que não apenas caminhavam na direção

da serra, mas também, na direção do interior da colônia⁵⁷, de outras colônias⁵⁸ e do porto de mar, na Vila de Itajaí. Esta foi intensamente solicitada e justificada em termos de que presta a mais "positiva economia"⁵⁹; de que se trata de "questão vital para a colônia e seu desenvolvimento"⁶⁰; "que é a única que liga a Colônia ao resto do mundo civilizado"⁶¹; de que "abrirá novos horizontes ao progresso do lugar"⁶² e, sobretudo, porque ligando a Colônia ao porto, facilita a exportação dos produtos dela que já "alcançaram o valor aproximado de trezentos

57

" Existe uma outra indispensável urgência, que é a transmutação de caminhos de cargueiros nesta colônia, também em caminhos de rodagem; de picadas em caminhos de cargueiro e a continuação de abertura de picadas, tanto para os novos colonos, como também transversais, por onde seriam facilitados os transportes mútuos dos colonos, como por exemplo: para levar milho e arroz para os moinhos; suas canas para os engenhos de açúcar e aguardente e outros que estão tão distantes de muitas plantações". (AqBq-Pasta 1865 - Relatório do ano de 1864 sobre a colônia Brusque no Rio Itajaí Mirim, datado de 02.01.1865). " Tal é o desejo dos colonos de ver construído um caminho que se prestam a fazer gratuitamente um quilômetro do mesmo", informa o fiscal de Estradas do 1º distrito de Nova Trento, em Ofício dirigido ao diretor da colônia Brusque, referindo-se aos colonos situados entre as Linhas Trinta Réis a Vargem Pequena. (AqBq-Pasta 1881-datado de setembro de 1881).

58

" Com maior atividade se trabalhou na estrada rodável do Rio do Testo na direção para a colônia D. Francisca, obra muito boa, mas também dispendiosa por causa do terreno" (AqBu-P02.24/249 - Relatório geral sobre o ano de 1864, datado de 31.12.1864).

59

AqBq-Pasta 1862 - Ofício do diretor ao Vice-PP, datado de 20.06.1862.

60 AqBu-P02.24/249 - Colônia Blumenau-Relatório Geral sobre o ano de 1864, datado de 31.12.1864.

61

AqBu-P02.38/386 - Ofício do diretor ao PP, datado de 23.02.1871.

62

AqBq-Pasta 1875 - Relatório das colônias Itajaí e Príncipe D. Pedro, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de Santa Catarina, o Sr. Dr. João Thomé da Silva pelo Engenheiro Luiz Betim Paes Leme, em 25.01.1875.

contos de réis⁶³.

Da multiplicidade dos pedidos e da variedade das razões que as justificam, as estradas iam sendo construídas. Eram em 1862: 822km de cavaleiros e 165km de rodagem; em 1868: 3.845km de cavaleiros e 1.235 de rodagem; em 1874: 6.978 de cavaleiros e 4.043km de rodagem⁶⁴. Eram estradas que se justificavam pelo comércio, e comércio que se justificava pela produção e produção que justificava as estradas. E uma produção, nunca é demais recordar, voltada para um excedente que foi o equivalente a Réis 86.836\$391 em 1863; a Réis 262.840\$342 em 1869; a Réis 742.454\$210 em 1876⁶⁵, correspondendo a um MERCADO COMERCIAL PER CAPITA de Réis 37\$986, 43\$917 e 69\$382, respectivamente⁶⁶.

Se a produção em si, já se fazia sob as mais duras adversidades, outras vinham se juntar quando se tratava de fazê-la entrar no circuito do comércio. Nesse momento, o colono que fizera do trabalho da terra o elemento de construção de sua independência, vai se encontrar com o comerciante ao qual passa, então, a depender.

Já sabemos da dependência do colono ao vendeiro naquela fase de trabalho nas obras públicas, ilustrada pelo desconto dos VALES com a contrapartida de gêneros e precisões a um preço mui-

63

AqBu-P02.31/315 - Colônia Blumenau - Relatório Geral sobre o ano de 1867, datado de 31.12.1867. As exportações da Colônia Blumenau, segundo HILLESHEIM, op. cit. p. 37, TABELA I-15, corresponderam a 13 contos de réis em 1863; 485 contos de réis em 1879, com um crescimento anual, no período, de 226,92%.

64

HILLESHEIM, op. cit. p. 33 - TABELA I-II, Estradas na Colônia 1862-1874.

65

Ibidem, p. 48 - TABELA II-4 - O valor do mercado interno 1863-1876.

66

Ibidem, p. 52 - TABELA II-7 - Mercado comercial per capita.

to elevado. Agora, nesta fase de colono-produtor-independente, a amarra se fazia nas duas pontas e dela temos uma descrição muito precisa, assim formulada: *"Os pobres colonos são forçados a vender seus produtos aos poucos negociantes"* da colônia por preços tão moderados que eles desanimam de trabalhar - outro sim eles comprem os gêneros precisos por preços muito altos. Durante o tempo que trabalhei no traço da estrada, vi que os colonos venderam um saco de milho por 3\$500 a 4\$000 a um negociante da Colônia em não achar melhor preço, no entanto este mesmo milho foi tratado pelo negociante na Vila de Itajai entre 6\$000 e 6\$500 e demais os colonos tinham de receber o pagamento em mantimentos e esses se lhes foi contato a carne seca, que valia neste tempo 3\$500 a arroba na Vila de Itajai; por 6\$000 a arroba, assim o colono perde sempre dobrado na compra e na venda dos gêneros precisos"⁶⁷.

Era essa perda em dobro utilizada para reforçar os argumentos em favor da construção da estrada para o porto, uma vez que, *"proporcionará aos colonos, que em grande parte já tem animais, o benefício de levar seus produtos francamente em cargueiros à Vila de Itajai (ou mais longe), de vendê-los pelos preços correntes e de fazer suas compras pelos mesmos preços"*⁶⁸ e para o PADRE JACOBS fundamentar a apresentação, ao Presidente

67

As casas comerciais eram 5 em 1862; 6 em 1869 e passaram para 9 em 1875, conforme se encontra nos respectivos relatórios anuais da Colônia Brusque.

68

AqBq-Pasta 1866. Relatório sobre a abertura duma estrada de rodagem, que ligue a Colônia Itajai à Vila do mesmo nome, pelo Engenheiro Civil FREDERICO HEEREN, datado de 24.11.1866.

69

AqBq-Pasta 1865 - Relatório do ano de 1864 sobre a Colônia Brusque no Rio Itajai-Mirim, datado de 02.01.1865.

da Província do seu "PROJETO DE FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE em Rio de Janeiro, protegida e favorecida pelo estado, para comprar diretamente aqui os produtos dos colonos sem intervenção de três ou quatro negociantes... Causa principal, que os produtos não tem preço nem valor para os colonos... plano que os estimulará a cultivar muito e também terão a esperança de receber e comprar diretamente por meio da mesma SOCIEDADE de Rio de Janeiro a preço muito menor seus misteres domésticos"70.

Não falaria nestes termos o Engenheiro, o Diretor e o Padre, se por essas palavras não expressassem o desejo daqueles que estavam produzindo a riqueza que era objeto de exploração - os colonos. Se a produção do elemento material que dava razão aos fatos descritos era a forma mais radical que os colonos dispunham para dizer deles, não faltava, de sua parte, o dizer à moda do Engenheiro, do Diretor e do Padre. E o dizem ao Imperador, nos seguintes termos "Majestade Imperial o nosso pedido consiste pelo exposto, que se sirva, mandar emanar as necessárias ordens para a fatura da comunicação terrestre da nossa Colônia à Vila de Itajal. Esta implorada graça nos ministrará um afortunado progresso livrando-nos do flagelo de não sermos então mais forçados a vender nossos produtos nas mãos dos poucos negociantes estabelecidos na sede da Colônia por preços absolutamente a descrição deles e de comprar deles em troca nossas precisões, que nossas terras não produzem, por

preços caríssimos"⁷¹.

Quiseram a terra e quiseram-na enquanto meio para construir sua independência. Quiseram construir sua independência transpondo os limites do mais imediatamente necessário. Isto acabou impondo a necessidade de tirar dela o maior proveito e, em consequência, uma determinada forma de tratamento - um tratamento agressivo que, nas circunstâncias da época não recebia a contrapartida dos cuidados técnicos necessários, apesar das muitas experiências feitas com as mais diversas culturas. Derrubadas e queimadas formaram o binômio do qual saíram os primeiros sintomas do seu cansaço, ao que se juntavam as implicações decorrentes do aumento demográfico. A terra exaurida e retalhada era a colocação, aqui, num espaço de tempo muito curto de um dos elementos fundamentais do conjunto de fatores que, na Alemanha e na Itália, produziu a necessidade de emigrar. E, aqui, a saída para muitos foi novamente imigrar. O destino mais imediato foi na direção das nascentes dos rios Itajaí-Mirim e dos braços Sul, Norte e Oeste do Itajaí-Açu. E para onde se dirigiram, a partir da segunda década do século XX, os colonos provindos das zonas mais antigas de colonização (Rodeio, Rio dos Cedros, Indaial, etc.). A conduzi-los, velhos e novos personagens, todos, porém,

71

AqBq-Pasta 1864 - Abaixo assinado à Sua Majestade Imperial datado de 02.12.1864 - 182 assinaturas. Uma descrição das múltiplas formas de como os colonos eram explorados pelo vendeiros é encontrada em SEYFERT, op. cit., capítulo V, onde se lê: " Toda a poupança do colono, excetuando aquela destinada a melhorar a propriedade, acabava nas mãos do vendeiro para ser guardada por ele. Mas a venda, funcionando como banco dos colonos, diferia desse tipo de instituição em um aspecto importante: não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda, o colono pagava ao vendeiro para que este guardasse seu dinheiro". p. 112.

movidos pelo velho entendimento de que se estava participando de um negócio. Lá estava à frente Victor Gaertner, Luiz Bértoli, Joaquim Moratelli, Companhia Salinger, Constâncio Krumel, Companhia Brasilleira Torrens, Sociedade Colonizadora Hanseática, Reuter, Reif, Sindicato Agrícola de Blumenau⁷².

Iam, assim, para "onde seu destino a eles aventureiros os chamar", como diziam os vinte e três colonos que assinavam o já mencionado abaixo-assinado de 20.10.1877. Dentre os que foram, estavam dois filhos de EMMANUELLE FRONZA que, vindo da Itália se instalou, com seu pai, em Rodeio. Os dois que partiram, fixaram-se na localidade de Itoupava, no então Distrito de Bela Aliança, atual município de Rio do Sul. Um deles se chamava AMADEU.

Ao trabalhar intensamente a terra, produziram um excedente que circulava pelos cominhos e estradas sempre reclamados como condição para livrar-se da dependência do vendeiro. Mas, sobretudo, construíram as condições para a diversificação de atividades e para o aparecimento da indústria como atividade desligada da esfera doméstica. Ao ser instalada, instalava a base da atividade produtiva que conduz à mais radical dependência. E, assim, instalaram outro dos fatores fundamentais que na Itália e na Alemanha faziam parte do conjunto que os fez emigrar e, de novo,

72

A respeito do avanço da colonização na direção das nascentes dos rios dos Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu e da ação dos agentes colonizadores, dos quais foram mencionados somente alguns, consultar: 1) DA SILVA, Zedra Prefeito. O Vale do Itajaí. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1954, especialmente capítulos I e II; 2) RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonizadora do Interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis, Editora da UFSC; Blumenau, Editora da FURB, 1966.; 3) DA SILVA, José Ferreira, op. cit. especialmente Parte 3; 4) PIAZZA, W. F. op. cit. especialmente Parte V.

colocava, para muitos, a questão de imigrar ou proletarizar-se. Os germes foram postos na década de 1880 e ganharam aceleração a partir da segunda década deste século⁷³. Muitos seguiram o caminho da fábrica num processo lento, de resistências silenciosas, onde foram sendo colonos e também operários, depois, operários e também colonos e, finalmente, só operários. Descrever esse percurso é contar a história da classe operária do Vale do Itajaí e percorrer o caminho de sua humanização.

73

Para acompanhar o nascimento e desenvolvimento da indústria no Vale do Itajaí, ver: 1) DA SILVA, Zedair P. op. cit.; 2) BOSSLE, Ondina P. História da Industrialização Catarinense: da origem à Integração no desenvolvimento Brasileiro. Florianópolis, CNI/FIESC, 1988; 3) HERING, Maria L. R. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - o Modelo Catarinense de desenvolvimento. Blumenau, Editora da Furb, 1987; 4) SEYFERT, G. A Colonização..., especialmente parte V; 5) SANTA CATARINA - Centro de Assistência Gerencial-CEAG/SC. Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina. Estudo das alterações Estruturais (Século XVII-1960). Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

6 - CONCLUSÃO

A análise do trabalho feita na base do que é dado de forma mais imediata dificulta a apreensão das possibilidades postas e que apontam para além dos limites de um determinado tempo. Por outro lado, essa mesma análise acaba por revelar a face mais perversa do trabalho, traduzida na miséria que se define pela degradação da vida dos trabalhadores, consequência do fato de serem excluídos dos benefícios dos resultados do trabalho e estarem trabalhando sob as mais adversas condições.

Nesse quadro de imediatez acaba-se valorizando aquilo que mais prontamente parece contribuir para acabar com tantos sofrimentos. Assim, busca-se a dimensão transformadora do pedagógico da escola e das relações de trabalho. Daí, a ênfase dada à necessidade de uma escola de qualidade acessível aos trabalhadores, fundamentada na recuperação do saber historicamente acumulado. Socialização que, para o trabalhador, assume o significado de reapropriação de um patrimônio que ajudou construir e do qual foi sendo, sistematicamente, excluído. Entende-se que esse saber reapropriado se converte em instrumento de luta, a serviço do projeto transformador dessa que é a classe verdadeiramente revolucionária. Daí, também a atenção aos "momentos" a favor do trabalhador emanados do pedagógico do trabalho, porquanto, na trama contraditória que aí se dá, abrem-se espaços para conquistas em termos de melhoria das condições de trabalho e de remuneração, de maior participação nas decisões que dizem respeito ao processo produtivo, de uma maior assistência no campo da saúde, da habitação, da escola e do lazer.

Esses foram os termos de elaboração de uma resposta àqueles

que haviam ensinado que, na escola e no trabalho, se formula e põe em movimento uma pedagogia sintomaticamente contra o trabalhador. Mas, também, esses foram os termos pelos quais se diz que a transformação da sociedade deve passar por algum tipo de aprendizagem, tomada no sentido de equivaler à exigência de uma clarificação espiritual prévia da forma futura do real e, à necessidade de entender que o vir-a-ser do homem se define a partir da precisa apreensão das projeções que dele fizermos. As dificuldades surgem quando se contrastam a clareza projetada com a clareza do real, posta nos avanços que mais não dizem do que da adaptação histórica de uma determinada forma de trabalhar e organizar a vida, da "humanização" dessa forma (capitalista), desumana, de ordená-la.

Sendo assim, o desafio que se põe é pensar a possibilidade de superação a partir da clareza do que objetivamente está posto. Então, o caminho que se abre é seguir o trabalho na sua materialização/abstração, essa forma de dizer da humanidade real de um determinado tempo e da possibilidade, também real, posta à disposição para dar a forma do ser de amanhã, porque o trabalho humano é, ao mesmo tempo, resultado em si, no aqui e agora do seu significado, e, potencial para novas indagações e novas respostas da vida como um todo. Nesse quadro, o velho que nessa qualidade se revela no confronto com o novo agora posto, faz-se pressuposto dele.

O novo agora posto, que é resultado de um percurso que veio arrastando múltiplas implicações desde aquele instante que seus sinais ainda se manifestavam sob o manto do velho, vai se formulando como pressuposto de um momento posterior, porquanto, sua plenitude agora instalada é, também, emissão de indicações do

porvir.

Os homens e as mulheres que colonizaram o Vale do Itajaí vieram de uma quadra de tempo em transição. De uma sociedade relativamente pobre em recursos de trabalho e que por isso exigia o uso intenso do próprio organismo vivo como meio de trabalho. Mas, essa era, também, uma sociedade que tinha estabelecido para si um arranjo que não obrigava fazer do tempo todo, tempo de atividade voltada para o mais imediato da produção material. E que a vida feudal que viam ir se distanciando no horizonte do tempo era orientada por ritmos que permitiam significativos espaçamentos das ações diretamente produtivas. E eram esses espaços que cumpriam a importante função de preencher as demais dimensões da vida, ainda que circunscrita aos limites da vila e tecida pelos fios da afetividade. E transitaram para uma sociedade que acelerou o ritmo do trabalho, sob o comando dos engenhos que dele resultaram. A consequência foi o encurtamento daqueles espaços, com todas as mazelas tantas vezes e tão candentemente descritas e, ao mesmo tempo, a efetivação das condições para o estabelecimento de uma nova ordem definida pelo não trabalho, essa forma de poupar os membros e os músculos e ativar o espírito do homem, porque realizável pela máquina; pela riqueza, essa forma de materializar a humanização da vida, só possível pelo trabalho intensificado; pela racionalidade, essa forma dos homens negociarem livremente o arranjo da vida, realizável quando posta a possibilidade de todos terem supridas suas necessidades mais elementares.

Esses grandes traços enquadram o caminho percorrido por essas mesmas mulheres e esses mesmos homens na produção da riqueza do Vale do Itajaí, riqueza que foi dando contornos à sua forma

de ser. E, moldaram-na pelas matas derrubadas; pelos animais e índios afugentados e mortos; pelas picadas, caminhos e estradas abertas; pelos ranchos, casas e pontes edificadas; pela terra lavrada, os produtos colhidos, consumidos e comercializados. Fizeram disso a forma de dizer, a cada momento, de sua humanidade real daquele momento e da possibilidade, também real naquele momento, de torná-la mais plena. Essa foi a sua forma de falar do trabalho enquanto processo no e pelo qual o homem exterioriza o seu ser atual e materializa, agora, a possibilidade de se pensar diferente.

Pelo trabalho imediatamente remunerado, feito em meio a tantas brigas, foram dando contornos e densidade à vida no Vale à medida que criaram as condições para instalar o produtor independente. Fizeram do trabalho independente o mais forte repúdio a toda a sorte de limites da velha ordem e o elemento material de afirmação da individualidade, ainda que muito marcada pelo apego ao seu lote, à sua família, aos seus vizinhos e à sua vila. Mas, foi aí que mobilizaram as forças que foram dar numa imensa produção de gêneros, a qual, por sua vez, constituiu o móvel a partir do qual os limites da vida baseada na produção independente seriam rompidos, à medida que chamou à cena a questão do comércio, na trama que envolvia a necessidade de expandi-lo sempre mais e a luta para livrar-se dos comerciantes que tanto os exploravam.

De muitas maneiras manifestaram-se contra o peso da exploração dos vendeiros. Mas, foi sob o jugo dela que colocaram as bases a partir das quais foi possível instalar o processo de industrialização e a conseqüente concentração urbana.

Esse foi o novo que o trabalho independente colocou e, pela

multiplicidade de processos que trouxe consigo, rompeu com as amarras emocionais que orientavam a vida para abrir o horizonte da racionalidade, porque a produção industrial leva essa marca. A concentração urbana que veio junto, deu densidade à vida. O resultado foi que, perdendo-se para a sua família, ganharam a universalidade da família humana e, perdendo-se para sua vila, adquiriram a cidadania universal.

E essa foi a forma posta de sua humanidade. E, se dar forma à sua humanidade é o projeto pedagógico fundamental do homem, essa foi a forma de sua educação.

Se não se quiser insistir no discurso da desapropriação, esse discurso que, ao falar de trabalho, infantiza a permanente necessidade do trabalhador reaver saberes e domínios que seu trabalho tornou obsoletos; se não se quiser insistir no discurso do limite do tempo, esse discurso que enfatiza conquistas e ganhos que não vão além das concessões necessárias em determinado momento; se não se quiser insistir no discurso da miséria, esse discurso que só vê o trabalhador definhando pelo uso excessivo de seus membros e desuso de seu espírito, encontraremos bons motivos para aprofundar o esforço para compreender que seu saber está no que realizou pelo seu trabalho; que, o que realizou é o que põe, de fato, a possibilidade de conquistas para além das fronteiras do seu tempo e que suas realizações permitem o descanso dos membros, ao mesmo tempo que chamam para uma atividade espiritual intensa.

Bibliografia

ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de promover a colonização. Revista de Colonização e Imigração. Rio de Janeiro, ano 11, nº 2-3, abr./jul. 1941, p. 832-870.

ALVIN, Zuleika M. F. Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ARROYO, Miguel. Mestre, educador, trabalhador: organização do trabalho e profissionalização. Belo Horizonte, UFMG, 1985, mimeo. (Tese apresentada em concurso para professor titular);

———. O direito do trabalhador à educação: In.: Gomes, Carlos Minayo (org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987, p. 75-92.

BERRI, Aléssio. A igreja na colonização italiana no médio Vale do Itajaí. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988.

BORNEIM, Gerd Alberto. Dialética: teoria-práxis. Porto Alegre, Globo, 1983.

BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis, CNI/FIESC, 1988.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981.

CABRAL, Osvaldo R. Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império. Brusque, Edição da "Sociedade Amigos de Brusque", 1958.

CUNHA, Luis Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

DE BONI, Luis Alberto. Presença italiana no Brasil. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1987.

DEEKE, José. O município de Blumenau e sua história de desenvolvimento. São Leopoldo, Editora Retermund, 1917. (Tradução de Edith Sophia Eimer). 1985. AqBu-sob nº: v181D-245m).

DE JOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Oborê Editorial, 1987.

EMMENDOERFER, Ernesto. O ensino particular em Blumenau. In.: O centenário de Blumenau. Blumenau, Livraria e Editora Blumenauense, Edição dos Festejos, 1950.

ENGELS, Friedrich. A situação de classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global, 1986.

ENGUITA, Mariano Fernández. Trabajo, escuela e ideologia: Marx y la crítica de la educacion. Madri, Akal SA., 1985.

EGTES, Norberto Jacob. A escola e a produção do arcaico. Florianópolis, mimeo. 1990.

FINARDI, José E. O decreto imigratório 5663 e o Dr. Blumenau. Blumenau em Cadernos. Blumenau, Tomo XIX, nº 2, p. 52-56, fev. 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1976.

GIANNOTTI, José Arthur. Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx. Porto Alegre, L&PM, 1985.

GIERUS, Friedrich. Crônica da paróquia evangélica de Indaial. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense, 1965.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martinis Fontes, 1980.

GOULART, Maria C. K. As colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro:

uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil Meridional. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1984.

GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis Editora da UFSC, 1987.

HERING, Maria Luiza R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, Editora da FURB, 1987.

HILLESHEIN, Anselmo Antonip. O crescimento do mercado interno numa colônia do império: o caso de Blumenau 1850-1880. Florianópolis, UFSC, 1979, mimeo. (Dissertação de Mestrado).

HOBBSBAWM, E. J. Os trabalhadores: estudo sobre a história do operário. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

———. Rebeldes primitivos: estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

IANNI, Octavio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In.: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Imigração Italiana: estudos. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caixas do Sul, Universidade de Caixas do Sul, 1979.

JAMUNDA, Theobaldo C. Um alemão brasileiríssimo: o Dr. Blumenau. Blumenau, s/ed., 1966.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

KUENZER, Acácia Zeneide. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1985.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Expressão Cultural, 1973.

LAZZARI, Beatriz Maria. Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875). Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caixas do Sul, Universidade de Caixas do Sul, 1980.

LEBEBVRE, Henri. Lógica formal. Lógica dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

MANFROI, Olívio. Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre, GRAFOSUL/Instituto Estadual do Livro, 1975.

MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Editorial Estampa, 1977.

———. Economia. São Paulo, Atica, 1982 (Grandes Cientistas Sociais; 31).

———. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: (Borrador) 1857-1858. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores SA., 1973.

———. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

———. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo, DIFEL, 1987.

———. Sociologia. São Paulo Atica, 1987. (Grandes Cientistas Sociais; 10).

——— & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1986.

———. Crítica da educação e do ensino. Lisboa, Moraes, 1978.

———. História. São Paulo, Atica, 1984. (Grandes Cientistas Sociais; 36).

MELLO, João Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MONTEIRO, Hamilton M. O feudalismo: economia e sociedade. São Paulo, Atica, 1986.

MOORE Jr., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.

NDRONHA, Olinda Maria. De camponesa a "madame": trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo, Loyola, 1986.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In.: GOMES, Carlos Minayo (org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987. p 27-42.

OHLWEILER, Otto Alcidez. Evolução sócio-econômica do Brasil. Porto Alegre TCHE, s/d.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Atica, 1986.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do trabalho. São Paulo, Atica, 1987.

PEROTTI, Antonio. La società italiana di fronte alle prime migrazioni di massa. Roma, Morceliana/Centro Studi Emigrazione, 1968.

PETRY, Sueli M. V. Os clubes de caça e tiro na região de Blumenau. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1982.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987.

RICHTER, Klaus. A fundadora Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3a fase, no 4, 1982-1983. p. 76-114.

———. A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis, Editora da UFSC; Blumenau, Editora da FURB, 1986.

ROSSI, Wagner Gonçalves. Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo, Moraes, 1980.

SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

SANTIAGO, Theo (org.). Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica. São Paulo, Contexto, 1988.

SANTOS, Roselys Izabel dos. Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim. Florianópolis, Lunardelli, 1981.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

SCALABRINI, João Batista. A imigração italiana na América. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caixas do Sul, 1979.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Povoamento-imigração-colonização: a fundação de Blumenau (no Vale do Itajaí) e de Joinville (nos fundos do Termo (município) de Nossa Senhora da (s) Graça (s) de São Francisco Xavier (ou de Assis) do Sul. s/loc., s/d, 1983.

SCHRAMM, Marli Maria. Das funções da Associação de Pais e Professores num Estado classista. Porto Alegre, UFRGS, 1986, mimeo. (Dissertação de mestrado).

SEYFERT, Giraldo. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

———. Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988.

SILVA, Zedar Prefeito da. O Vale do Itajaí. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1954.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3v.

———. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Ja-

neiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Grijalbo, 1984.

TULLIO, Guaraciaba Aparecida. Afinal Proudhon venceu?. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, 1989, mimeo. (Dissertação de Mestrado).

VICENZI, Victor. História de Rio dos Cedros. Blumenau, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1975.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivos da Sociedade Amigos de Brusque-Brusque/SC

Arquivo Histórica José Ferreira da Silva-Blumenau/SC